



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ILMD

INSTITUTO LEÔNIDAS
& MARIA DEANE
FioCruz Amazônia

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ
INSTITUTO LEÔNIDAS E MARIA DEANE – ILMD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONDIÇÕES DE VIDA E SITUAÇÕES
DE SAÚDE NA AMAZÔNIA- PPGVIDA

VIVIANE LIMA VERÇOSA

BEM VIVER DOS JOVENS INDÍGENAS:
SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO URBANO DE MANAUS, AMAZONAS

MANAUS- AM

2023

VIVIANE LIMA VERÇOSA

**BEM VIVER DOS JOVENS INDÍGENAS:
SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO URBANO DE MANAUS, AMAZONAS**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Condições de Vida e Situações de Saúde na Amazônia – PPGVIDA, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Saúde Pública.

Orientador: Prof. Dr. Júlio Cesar Schweickardt.

MANAUS- AM

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

V482b

Verçosa, Viviane Lima

Bem viver dos jovens indígenas: saúde mental no contexto urbano de Manaus /
Viviane Lima Verçosa. - Manaus: Instituto Leônidas e Maria Deane, 2023.

88 f.

Dissertação (Mestrado em Condições de Vida e Situações de Saúde na
Amazônia) – Instituto Leônidas e Maria Deane, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Júlio Cesar Schweickardt.

1. Saúde Indígena. 2. Saúde Mental. 3. Indígena urbano – Jovens - Manaus.

I. Título.

CDU 613.86(=1-82)(811.3)(043.3)

CDD 362.2811

22. ed.

Elaborado por Débora da Silva Rocha – Bibliotecária CRB-11 N° 1223

VIVIANE LIMA VERÇOSA

**BEM VIVER DOS JOVENS INDÍGENAS:
SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO URBANO DE MANAUS, AMAZONAS**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Condições de Vida e Situações de Saúde na Amazônia – PPGVIDA, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Saúde Pública.

Aprovada em: 30/08/2023

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Júlio César Schweickardt- Orientador
Instituto Leônidas e Maria Deane – ILMD/FIOCRUZ

Profº. Alcindo Antônio Ferla- Membro Titular
Instituto Leônidas e Maria Deane – ILMD/FIOCRUZ

Profª. Dra. Sônia Maria Lemos- Membro Titular
Universidade do Estado do Amazonas – UEA

Profª. Dra. Fabiana Manica Martins- Membro Suplente
Universidade Federal do Estado do Amazonas- UFAM

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado força em inúmeros momentos que me senti fraca e desamparada.

Agradeço à minha amada mãe pelo apoio e amor em todos esses anos, pelo abraço e colo, por não ter soltado minha mão na sua maternidade solo e, agora, na minha maternidade solo. Obrigada por ter sido a mãe amiga que eu precisei. Eu amo você. Agradeço ao meu padrasto e padrinho da minha filha, que esteve sempre disposto a nos ajudar.

Agradeço minha filha Eloá, com 05 anos já me ensina muitas lições de vida, uma delas é que um abraço de amor renova, minha criança que é o maior impulso para que eu busque oportunidades de aprendizado e força para esperar num mundo mais justo para todos, tudo por você e para você, meu amor. Eu amo você sem conseguir mensurar.

Agradeço aos meus poucos e verdadeiros amigos por me darem a oportunidade de ser quem eu sou, e terem tirado de mim risadas naqueles dias que eu não tinha muito a oferecer.

Agradeço aos profissionais da Secretaria Acadêmica da Fiocruz e da Biblioteca que sempre me atenderam com muito carinho e atenção.

Ao professor Júlio que me disse em algum momento que pensei em desistir por me sentia incapaz de continuar frente aos desafios de maternar, trabalhar e estudar, "só não vale desistir". Eu continuei. Quando me ligou num dia de sábado para me dar palavras de apoio para me levantar, fazendo jus ao termo orientador na palavra e na ação. Obrigada pela paciência, meu professor querido.

Ao Programa de Pós- Graduação em Condições de Vida e Situações de Saúde na Amazônia (PPGVIDA) que foi para além das minhas expectativas quando decidi viver esta experiência, assim como as colegas do Laboratório de História, Políticas Públicas e Saúde na Amazônia (LAHPSA) que somaram nas escritas coletivas e saberes acadêmicos tão importantes para minha construção enquanto discente.

Aos povos indígenas que me ensinaram a força do coletivo e da união.

À FAPEAM pelo apoio financeiro que foi importante para que eu pudesse fazer o mestrado e dar conta da minha maternidade solo.

Pelas mulheres indígenas moradoras do Parque das Tribos, Sâmia Gonzaga da Silva, Eliza Saterê e Elizete Ticuna, que me deram suporte para que eu conseguisse realizar as entrevistas, sem elas, tudo seria muito mais difícil.

Agradeço aos jovens que tiraram minha capa de pesquisadora e colocaram a capa de psicóloga, me dando a oportunidade de escutar e acolher suas histórias, seus anseios e sofrimentos. Me colocaram no lugar da humana que sente pelo outro e que almeja profundamente um modelo de sociedade equânime, antirracista e que respeite as pluralidades e diversidades de seus povos, uma sociedade do bem viver.

“Eu posso ser o que você é sem deixar de ser quem eu sou”.

Cacique Enio Mertelo/Povo Terena

RESUMO

O presente estudo realizou uma investigação acerca dos aspectos que envolvem o Bem Viver e sua inter-relação com a saúde mental de jovens indígenas no contexto da cidade de Manaus, Amazonas. Especificamente, propõe-se descrever a realidade dos jovens que vivem na Comunidade Parque das Tribos, compreendendo suas vivências e os modos de viver na cidade. Tal proposta implicou a necessidade de um diálogo transversal de saberes tradicionais, científicos, culturais, e, sobretudo, valorizando o lugar de fala dos jovens, atuantes como agentes participativos do processo, buscando, através das suas narrativas, modos de empoderamento das suas ações no território. As informações foram produzidas um roteiro de entrevista, dando ênfase às narrativas de vida e experiências dos jovens. Os resultados revelaram que os espaços coletivos educacionais e de saúde são, em muitos casos, promotores de preconceito e racismo, sendo potencializadores de dificuldades relacionais e de sofrimento psicossocial. Assim, é relevante desenvolver, juntamente com os jovens indígenas estratégias para discutir formas de mitigar as questões relacionadas ao racismo e ao preconceito. A prevenção e a promoção da saúde devem ir para além de um cuidado individualizado na superação de posturas segregadoras segregadoras e coloniais da sociedade não indígena.

Palavras-chave: Saúde Mental; bem viver; jovens indígenas; escola; Preconceito; Racismo.

ABSTRACT

The present study proposed an investigation about the aspects that involve Good Living and its interrelationship with the mental health of young indigenous people in the context of the city of Manaus, Amazonas. Specifically, it proposes to describe the reality of the young people who live in the Parque das Tribos Community, and how their experiences and opportunities have occurred. This proposal implied the need for a transversal dialogue of traditional, scientific, cultural knowledge, and above all, valuing the place of speech of young people, acting as actively participatory agents in the process, expanding the empowerment linked to their narratives that carry plural characteristics of social participation. The information comes from the application of a semi-structured interview instrument, emphasizing the life narratives and experiences of young people. The results revealed, among other factors, the importance of collective educational and health spaces, which are often promoters of prejudice and racism and potentializers of relational difficulties and mental and/or emotional suffering. Which leads us to promote the importance of seeking, together with indigenous people who live in an urban context, strategies to discuss ways to mitigate issues related to racism and prejudice, in addition to qualified listening and taking actions to produce care and prevention of exclusion and segregating postures of non-indigenous society.

Key words: Mental Health; well live; indigenous youth; school; Prejudice; Racism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1 Saúde mental e o Bem viver	13
2.2 Os indígenas no contexto urbano	23
3. OBJETIVOS.....	32
3.1 Objetivo Geral.....	32
3.2 Objetivos Específicos.....	32
4. MATERIAIS E MÉTODOS.....	33
4.1 Modelo de estudo	33
4.2 Sujeitos da pesquisa.....	33
4.3 Cenário da pesquisa	33
4.4 Instrumento da pesquisa	34
4.5 Análise de dados	35
4.6 Questões éticas	35
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
5.1 Capítulo de livro	37
5.2 Artigo.....	53
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICES	90

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa realizou uma investigação acerca dos aspectos que envolvem o Bem Viver e sua inter-relação com a saúde mental de jovens indígenas no contexto da cidade de Manaus, Amazonas. Tal proposta implicou a necessidade de um diálogo transversal de saberes tradicionais, científicos, culturais, e sobretudo, desenvolver, juntamente com os jovens indígenas estratégias para discutir formas de mitigar as questões relacionadas ao racismo e ao preconceito tão presentes no cotidiano.

É relevante destacar que ‘saúde mental’ não é um termo utilizado pelos povos indígenas, sendo assim, o objetivo em si desta pesquisa não propôs trabalhar por uma definição ou uma discussão pautada na concepção do patológico implícita em algumas áreas da psicologia e da psiquiatria. Porém, abordaremos os processos e fatores relacionados com a cosmovisão no que se refere à saúde pela ótica do bem viver, pautada nas vivências e realidades dos jovens indígenas. Para isso, utilizamos as concepções que envolvem a ideia do Bem Viver, pois implica na relação mais ampla com o ambiente, as relações familiares, comunitárias, sociais e com outros entes da natureza.

Com os processos migratórios de povos indígenas para as cidades, os colocou diante de muitas situações que provocam múltiplos processos de vulnerabilização e em contato com concepções de mundo e da natureza diferentes. Por opção ou por necessidade, a chegada à cidade apresenta diversos desafios, tais como: exclusão do mercado de trabalho, dificuldades no acesso à educação e moradia, conflitos por terra, preconceito, racismo, gerando processos de exclusão e barreiras de acesso às políticas de saúde.

Movimentos sociais indígenas destacam que bem viver perpassa por necessidades de diálogos e ações efetivas de promoção aos direitos humanos, princípios de cidadania e equidade desses atores e suas coletividades. Quando isto é pensado a partir de experiências por povos indígenas em contexto urbano, os desdobramentos podem ser bem mais delicados e de difícil manejo, pois carregam o estigma de não serem “verdadeiros indígenas” e por não morarem em seus espaços de origem, nas aldeias, gerando processos de invisibilidade e de exclusão. O fato de escolherem a cidade como lugar de vida, são excluídos da política de saúde indígena porque os Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena (DSEI) atendem somente indígenas que vivem em aldeias. Do ponto de vista do desenvolvimento humano, sabemos da importância dos direitos essenciais para o fomento da saúde em sua integralidade, e que estão intimamente atrelados aos parâmetros culturais e de bem viver para ter sua condição psíquica resguardada.

Este trabalho se propôs investigar os desafios dos jovens indígenas no contexto urbano, compreendendo as construções e as estratégias dos modos de vida e suas implicações para a saúde mental dos jovens do Bairro Parque das Tribos, localizado na cidade de Manaus.

A pesquisa foi pautada por uma perspectiva de abordagem participativa, implicando uma escuta aberta, numa relação dialógica e na promoção do encontro solidário e acolhedor. Os instrumentos foram disparadores de conversas e foram negociados com os atores e lideranças do local, de modo que serviram uma aproximação do problema da pesquisa.

Como psicóloga e profissional de saúde, vivenciei experiências em atendimento psicossocial em área indígena na região Amazônica, no DSEI do Alto Rio Solimões, desenvolvendo atividades e ações com temáticas diversas relacionadas à promoção da saúde, prevenção de situações que envolvem a segurança psicossocial e comorbidades, bem como a promoção da garantia de direitos e combate às violências da população. Os territórios onde meus pés pisaram apresentou realidades distintas daquelas observadas em contexto urbano, no entanto, as dificuldades apresentadas pelos jovens que vivem em contexto de cidade também carregam seus inúmeros desafios, sofrimentos e violências.

A relevância dessa pesquisa é norteadora por um diálogo multicultural e intercultural frente à saúde mental e o Bem Viver, pontuando a importância em considerar os desafios e realidades dos jovens indígenas em Manaus, que deixam seus locais de origem, ou que nasceram em Manaus, para vivenciar uma realidade diferente ou um contexto de profunda desigualdade e exclusão.

Com isso, a produção de conhecimento sobre essa realidade possibilita pensar nas condições de enfrentamento das situações apresentadas aos jovens. Em termos acadêmicos, a pesquisa visa contribuir com o debate sobre este grupo social no contexto da cidade na relação com a saúde mental. Ainda há poucos estudos sobre essa temática, destacamos o estudo realizado pelo LAHPSA, Fiocruz Amazonas (2021) sobre as concepções dos jovens indígenas que vivem em aldeias sobre a saúde mental e o Bem Viver.

A presente dissertação faz parte de um projeto mais amplo denominado: “Saúde da população indígena em contexto urbano: desafios da atenção primária no município de Manaus”. A pesquisa foi realizada numa perspectiva de integração do Projeto Manaós, que está vinculado ao Laboratório de História, Políticas Públicas e Saúde na Amazônia (LAHPSA/Fiocruz Amazônia), em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Manaus (SEMSA/Manaus), Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SES/AM) e com as

organizações indígenas. O projeto tem a perspectiva de produzir um conhecimento implicado e comprometido com as populações indígenas.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Saúde mental e o Bem Viver

É possível fazer uma inter-relação com a promoção do Bem Viver e Saúde Mental, baseando-se na busca por melhorias coletivas, como pontua Dilger (2016, p.31), “não se trata de apostar em “desenvolvimentos” alternativos, e sim de construir alternativas ao desenvolvimento, rechaçando, como ponto de partida, o rótulo de “subdesenvolvidos”; e reconhecendo, recuperando os próprios saberes e as múltiplas cosmovisões que existem”.

Como viver bem com tantas iniquidades perpetradas pelo sistema capitalista, onde ‘ter’ é base de valoração individual e coletiva de muitas sociedades? Por isso, é necessário cuidado extremo às vistas da relação de desenvolvimento, que definitivamente não é sinônimo de bem-estar (ALCANTARA; SAMPAIO, 2020).

O Bem Viver fala de viver bem, que nos aproxima das ideias de realização, confrontando com um modo de viver numa sociedade, pautada ainda na falácia do desenvolvimento econômico, onde poucas pessoas são efetivamente realizadas. O convite do Bem Viver é por uma transformação social. Não existe uma definição única de Bem Viver, mas muitos bem viveres em diferentes contextos (FERNANDES; UHDE, 2017).

A concepção de bem viver é para além de um conceito, é um mundo de possibilidades que se desenham numa proposta que considera o engajamento coletivo para a vida concreta e prática. Obviamente, que isso circunda diversas reflexões, mas o bem viver é baseado numa construção de mundo, que emerge necessidades salutaras intergeracionais e na ancestralidade (FERNANDES; UHDE, 2017). Considerando a concepção do bem viver para o desenvolvimento humano, Alcântara (2017, p. 18) aponta que “desenvolver um pensamento crítico que não parta de perspectivas eurocêntricas baseadas na modernidade, mas que seja construída na relação com as pessoas, incluindo os movimentos sociais, comunidades tradicionais/intencionais e universidades”.

O conceito de Viver Bem ou Bem Viver passou por diferentes fases. Há três décadas, quase não se falava dessa visão na América do Sul. O que existia naquela época era o *suma qamaña* (*aymara*) e o *sumaq kawsay* (*quechua*) que expressam um conjunto de ideias centradas nos sistemas de conhecimento, prática e organização dos povos nativos dos Andes da América do Sul. O *suma qamaña* e o *sumaq kawsay* eram realidades vivas das comunidades andinas que foram objeto de estudo de antropólogos e intelectuais aimarás e quéchuas. Durante quase todo

o século XX, essa visão passou despercebida por amplos setores da esquerda e das organizações sociais urbanas. Tanto o *suma qamaña* quanto o *sumaq kawsay* surgiram há vários séculos e ainda existem nas comunidades andinas, embora estejam cada vez mais em declínio devido à pressão do colonialismo (FLOR, 2011).

Em outros povos indígenas da América Latina também existem visões e termos semelhantes como *Teko Kavi* e *Ñandereko* dos Guarani, *Shiir Waras* dos Shuar e *Küme Mongen* dos Mapuche. A teorização e surgimento do conceito de Viver Bem ou Bem Viver teve início no final do século passado e início deste século. Sem o desenvolvimento avassalador do neoliberalismo e do "consenso de Washington", ressaltando a colonização nos territórios tradicionais, talvez o *suma qamaña* e o *sumaq kawsay* nunca teriam dado origem ao Viver Bem. O fracasso do socialismo soviético, a ausência de paradigmas alternativos, o avanço da privatização e a mercantilização das múltiplas esferas da natureza, desencadearam um processo de reaprendizagem de práticas e visões indígenas desvalorizadas pela modernidade capitalista. Esse processo de reavaliação ocorreu na teoria e de fato. A demissão de dezenas de milhares de trabalhadores devido à aplicação de medidas neoliberais provocou uma mudança nas estruturas de classe dos países andinos da América do Sul (VANHULST, 2020).

A luta indígena em defesa dos territórios ocupados tradicionalmente gerou não apenas solidariedade, mas também despertou interesse em compreender essa visão autogestionária de seus territórios. Setores de esquerda e intelectuais progressistas que haviam perdido suas próprias utopias com a queda do Muro de Berlim começaram a compreender essas visões de mundo indígenas. Foi assim que surgiu o conceito de Viver Bem e Bem Viver. Na verdade, ambos os termos são traduções incompletas e insuficientes do *suma qamaña* ou *sumaq kawsay* que têm um conjunto mais complexo de significados como “vida plena”, “vida doce”, “vida harmoniosa”, “vida sublime”, “vida inclusiva” ou “saber viver” (VANHULST, 2020).

Para entendermos o Bem Viver temos que nos aproximar dos seus sentidos e significados. O Bem Viver não é um conjunto de receitas culturais, sociais, ambientais e econômicas, mas uma mescla complexa e dinâmica que vai desde uma concepção filosófica de tempo e espaço até uma visão de mundo sobre a relação entre o ser humano e a natureza (FLOR, 2011). Neste texto não pretendemos cobrir todas as suas facetas, mas focar naquelas que podem ser centrais para a construção teórica e prática de alternativas sistêmicas. A força do Bem Viver está na relação com alternativas como: os espaços comuns, decrescimento, ecofeminismo, desglobalização, ecosocialismo, direitos da Mãe Terra, entre outras (SOLÓN, 2019).

O ponto de partida de qualquer alternativa de transformação sistêmica é sua compreensão do todo. Qual é a totalidade que opera o processo de transformação que desejamos empreender? Podemos realizar uma mudança profunda apenas no nível de um país? Podemos ter sucesso se focarmos apenas nos aspectos econômicos, sociais ou institucionais? O sistema capitalista mundial é o “todo” ou é parte de um todo maior?

Para Bem Viver, o “todo” é a Pacha. Este conceito andino tem sido muitas vezes traduzido simplesmente como Terra. É por isso que *Pachamama* é chamada de Mãe Terra. No entanto, Pacha é um conceito muito mais amplo que engloba a unidade indissolúvel de espaço e tempo. Pacha é o "tudo" em constante movimento, é o cosmos em permanente evolução. Pacha não se refere apenas ao mundo dos humanos, animais e plantas, mas também ao mundo de cima (*Hanaq Pacha*), onde vivem o sol, a lua e as estrelas, e o mundo de baixo (*Ukhu Pacha*), onde vivem os espíritos (VANHULST, 2020).

Para o Bem Viver tudo está interligado e tudo forma uma unidade. Nesse espaço, passado, presente e futuro coexistem e se inter-relacionam dinamicamente. A visão andina do tempo não segue a mecânica de Newton, que afirma que o tempo é uma coordenada independente do espaço e é uma magnitude idêntica para qualquer observador. Essa visão de mundo nos lembra a famosa frase de Einstein: A distinção entre passado, presente e futuro é apenas uma ilusão persistente (SOLÓN, 2011).

Na concepção da Pacha, o passado está sempre presente e é recriado pelo futuro. Para Bem Viver, tempo e espaço não são lineares, mas cíclicos. A noção linear de crescimento e progresso não é compatível com essa visão. O tempo avança seguindo a forma de uma espiral. O futuro se confunde com o passado. Em todo adiantamento há um retorno e todo retorno é um adiantamento (VANHULST, 2020).

Daí a expressão *aimara* de que para caminhar em frente é preciso sempre olhar para trás. Essa visão do tempo, em espiral, questiona a própria noção de “desenvolvimento” de sempre caminhar para um ponto mais alto. Esse devir ascendente é uma ficção para Bem Viver. Todo progresso gira, não há nada eterno, tudo se transforma e é um reencontro do passado, do presente e do futuro. Na Pacha não há separação entre seres vivos e corpos inertes, todos eles têm vida. A vida só pode ser explicada pela relação entre as partes do todo. A dicotomia entre seres com vida e objetos simples não existe. Da mesma forma, não há separação entre os seres humanos e a natureza. Somos todos parte da natureza e a Pacha como um “todo” está viva. O objetivo do ser humano não é controlar a natureza, mas cuidar da natureza como quando se

cuida da mãe que lhe deu a vida. É aí que a expressão “Mãe Terra” faz sentido (MONTEIRO, 2013).

A sociedade não pode ser entendida apenas em relação aos seres humanos, mas como uma comunidade que tem a natureza e tudo no centro. Somos a comunidade Pacha, a comunidade de um todo indissolúvel em permanente processo de mudança cíclica. O *suma qamaña* e o *suma kawsay* são pachacêntricos, não antropocêntricos. O reconhecimento e a pertença ao grupo é a chave para o Bem Viver. A cosmovisão andina coloca o princípio da "totalidade" no centro de sua existência (VANHULST, 2020).

Para Bem Viver é preciso focar em todos os aspectos da vida. A vida material é apenas um aspecto e não pode ser reduzida ao acúmulo de coisas e objetos. Temos que aprender a comer bem, dançar bem, dormir bem, beber bem, praticar as próprias crenças, trabalhar pela comunidade, cuidar da natureza, valorizar os idosos, respeitar tudo ao nosso redor e também aprender a morrer, porque a morte é parte integrante, parte do ciclo da vida (FLOR, 2011).

No modo de pensar aimara, não existe morte, como entendida no Ocidente, onde o corpo desaparece no inferno ou no céu. Aqui, a morte é apenas mais um componente da vida, porque voltamos a viver nas montanhas ou nas profundezas dos lagos ou rios. Nesse sentido, "o todo" tem uma dimensão espiritual, na qual a concepção de si, da comunidade e da natureza se fundem e se articulam de forma cíclica no espaço e no tempo. Viver englobando o “tudo” implica viver com afeto, cuidado, autocompreensão e empatia com o outro. Essa visão de mundo tem várias implicações concretas (VANHULST, 2020).

Ou seja, políticas favoráveis são aquelas que levam em conta "o todo" e não apenas algumas partes. Agir apenas de acordo com os interesses de uma parte (humanos, países do norte, elites, acumulação material...) inevitavelmente gerará desequilíbrios no “todo”. Qualquer medida deve tentar compreender as múltiplas dimensões e inter-relações de todas as partes. Para a visão de Bem Viver há sempre uma dualidade, pois tudo parece contraditório. O bem puro não existe, o bem e o mal sempre coexistem. Tudo é e não é. O indivíduo e a comunidade são dois polos de uma mesma unidade. Uma pessoa só é uma pessoa na medida em que trabalha para o bem comum da comunidade a que pertence. Sem comunidade não há indivíduo e sem seres singulares não há comunidade. Uma pessoa não é propriamente uma pessoa sem seu parceiro. A eleição das autoridades nessas comunidades é feita por dois: homem-mulher, aos pares. Essa bipolaridade ou multipolaridade de pares está presente em tudo. A polaridade indivíduo-comunidade está imersa na polaridade humanidade-natureza (MENESES et al, 2021).

A comunidade é composta não apenas de humanos, mas de não-humanos. Bem Viver é aprender a viver nessa dualidade. O desafio não é "ser", mas "aprender a se relacionar" com as outras partes contraditórias do todo. A existência não é algo dado, mas um conceito relacional. Nas comunidades andinas, a propriedade privada individual coexiste com a propriedade comunal. Existem diferenças e tensões entre os membros de uma comunidade. Para gerenciar essas tensões, diferentes práticas culturais são realizadas com o objetivo de gerar certos níveis de redistribuição (FLOR, 2011).

Isso significa, por exemplo, que os mais ricos pagam a festa de toda a comunidade ou se encarregam de outros atos ou serviços que beneficiem a todos. Há também as diferentes práticas de colaboração dentro da comunidade. Nas comunidades andinas, os principais marcos não se limitam apenas ao indivíduo ou sua família, mas a compartilhar com toda a comunidade; quando nasce uma criança, toda a comunidade celebra; o casamento não é apenas a união de duas pessoas, mas a união de duas famílias ou comunidades. As comunidades indígenas em todo o mundo são muito diversas. Eles variam de região para região e de país para país. Mas, apesar de suas diferenças, eles compartilham um senso de responsabilidade e pertencimento às suas comunidades (DE ALBUQUERQUE, 2019).

O pior castigo é ser expulso da comunidade, sendo pior que a morte, porque significa perder seu pertencimento, sua identidade. Em contraste com essa prática indígena, as sociedades ocidentais tendem a se concentrar no indivíduo, no sucesso da pessoa, nos direitos do indivíduo e, acima de tudo, na proteção de sua propriedade privada por meio de leis e instituições. Bem Viver não significa dizer que todos são iguais porque sempre há desigualdades e diferenças. A chave não é anular as diferenças, mas conviver com elas, evitar que as desigualdades se agravem e se polarizem a ponto de desestabilizar “o todo”. No marco dessa visão, o fundamental é aprender ou reaprender a viver em comunidade respeitando a multipolaridade do todo. Bem Viver é um chamado para redefinir o que entendemos por "bem-estar". Ser rico ou pobre é uma condição, ser humano é uma característica essencial. Bem Viver está menos preocupado com o "bem-estar" (a condição da pessoa), e mais com o "bem-estar" (a essência da pessoa) (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2019).

Outra questão na busca do Bem Viver é o equilíbrio. Para o Bem Viver, o objetivo é encontrar um equilíbrio entre os diferentes elementos que compõem o “todo”. Uma harmonia não só entre os seres humanos, mas também entre os seres humanos e a natureza, entre o material e o espiritual, entre o conhecimento e a sabedoria, entre diversas culturas e entre diferentes identidades e realidades. O Bem Viver não é uma versão de desenvolvimento

simplesmente mais democrática, não antropocêntrica, holística ou humanizadora. Essa visão de mundo não abarcava a noção de progresso das civilizações ocidentais (DE ALBUQUERQUE, 2019).

Em oposição ao crescimento permanente, o Bem Viver busca-se o equilíbrio. Esse equilíbrio não é eterno ou permanente, por isso gera novas contradições e desencontros que exigem novas ações para se reequilibrar. Essa é a principal fonte de movimento, de mudança cíclica no espaço-tempo. A busca da harmonia entre os seres humanos e com a Mãe Terra não é a busca de um estado idílico, mas a razão de ser de "tudo". Esse equilíbrio não se assemelha à estabilidade que o capitalismo promete alcançar por meio do crescimento contínuo. A estabilidade, como o crescimento permanente, são quimeras. Mais cedo ou mais tarde, todo crescimento sem limites gera graves transtornos na Pacha, como estamos vendo atualmente no planeta. O equilíbrio é sempre dinâmico. O objetivo não é alcançar um equilíbrio perfeito sem contradições, que não existe. Tudo se move em ciclos, é um ponto de chegada e partida para novos desequilíbrios, para novas e mais complexas contradições e complementaridades (FERNANDES; UHDE, 2017).

Bem Viver não é chegar a um paraíso, mas buscar o bem-estar e o equilíbrio dinâmico e mutável de “tudo”. Só compreendendo o "tudo" nos seus múltiplos componentes e na sua evolução é possível contribuir para a procura de novos equilíbrios e viver de acordo com o Bem Viver. Na visão andina, por exemplo, os seres humanos não são proprietários ou produtores, mas sim "zeladores" (*Arariwa*), "cultivadores" e "facilitadores". A única força estritamente produtiva é a Mãe Terra, *Pachamama* e seus vários aspectos, como água, minerais, hidrocarbonetos e energia em geral. Os seres humanos não “produzem” ou “criam”, mas cultivam o que Pachamama lhes dá. Os seres humanos são os que ajudam a “dar à luz” a Mãe Terra.

O papel do ser humano é ser uma ponte (*chakana*), um mediador que contribui para a busca do equilíbrio cultivando sabiamente o que a natureza nos dá. O desafio não é ser mais ou ter mais, mas sempre buscar o equilíbrio entre as diferentes partes da comunidade da Terra. Este componente essencial do Bem Viver tem grandes implicações, porque não só questiona o paradigma dominante de crescimento, mas também promove uma alternativa concreta em busca do equilíbrio. Uma sociedade é vigorosa não pelo seu crescimento, mas porque contribui para o equilíbrio entre os seres humanos e com a natureza. Nesse processo, é fundamental superar o conceito do ser humano como “produtor”, “conquistador” e “transformador” da natureza e substituí-lo pelo de “zelador”, “cultivador” e “mediador” da natureza (FLOR, 2011).

Outra questão a ser observado no Bem Viver é a complementaridade dos diversos. O equilíbrio entre os opostos que habitam um todo só pode ser alcançado pela complementaridade. Não anulando o outro, mas complementando-o. Complementaridade significa ver a diferença como parte de um todo. O objetivo é como entre essas diferentes partes, algumas antagônicas, podemos complementar e completar o “todo”. A diferença e a particularidade fazem parte da natureza e da vida. Nunca seremos todos iguais. O que devemos fazer é respeitar a diversidade e encontrar formas de articular experiências, conhecimentos e ecossistemas (MENESES, 2021).

O capitalismo opera sob uma dinâmica muito diferente. Na lógica do capital, o fundamental é a competição para aumentar a eficiência. Qualquer coisa que restrinja ou limite a concorrência é negativa. A competição fará com que cada setor ou país se especialize naquilo em que é melhor. No final, todos se tornarão mais eficientes em alguma coisa e a inovação será incentivada e a produtividade aumentará. Do ponto de vista da complementaridade, a competição é negativa porque uns ganham e outros perdem, desequilibrando o “todo”. A complementaridade busca a otimização por meio da combinação de forças. Quanto mais um se articula com o outro, maior a resiliência de cada um e do “todo”. A complementaridade não é a neutralidade entre os opostos, mas o reconhecimento das possibilidades oferecidas pela diversidade para equilibrar o todo (MONTEIRO, 2011).

Isso significa que ao invés de buscar eficiência por meio de regras iguais para grupos, setores ou países desiguais, devemos promover regras assimétricas que favoreçam os mais desfavorecidos para que todos surjam. Bem viver é o encontro da diversidade. “Saber viver” é praticar o multiculturalismo, é reconhecer e aprender com a diferença sem arrogância ou preconceito. Aceitar a diversidade significa que em nosso mundo existem outras formas de "Bem Viver", além da versão andina, que sobrevivem na sabedoria, nos saberes e nas práticas dos povos que buscam sua própria identidade.

Viver Bem é um conceito plural, tanto pelo reconhecimento da diversidade cultural quanto pela existência da diversidade de ecossistemas na natureza. Bem viver propõe um encontro intercultural entre diferentes culturas. Não existe uma única alternativa. Existem múltiplas alternativas que se complementam para formar alternativas sistêmicas. Viver Bem não é um retorno utópico ao passado, mas o reconhecimento de que na história da humanidade existiram, existem e existirão outras formas de organização cultural, econômica e social que podem contribuir para a superação da atual crise sistêmica na medida em que eles se complementam (RAMOS; SILVEIRA, 2015).

Outro ponto a ser observado no Bem Viver é a questão da descolonização. Na visão de Bem Viver há uma luta contínua pela descolonização. Há mais de 500 anos a conquista da América do Sul iniciou um novo ciclo. Essa colonização não terminou com os processos de independência e constituição das repúblicas no século XIX, mas continua sob novas formas e estruturas de dominação. Descolonizar é dismantlar os sistemas políticos, econômicos, sociais, culturais e mentais que ainda prevalecem. A descolonização é um processo de longo prazo que não acontece de uma vez por todas. Podemos nos tornar independentes de uma potência estrangeira e ser mais dependentes de sua hegemonia econômica. Podemos alcançar uma certa soberania econômica e, no entanto, continuarmos culturalmente subjugados. Podemos ser plenamente reconhecidos em nossa identidade cultural pela Constituição Política do Estado e, no entanto, continuar prisioneiros de uma visão consumista ocidental (MONTEIRO, 2011).

Esta é talvez a parte mais difícil do processo de descolonização: libertar nossas mentes e almas capturadas por conceitos alheios aos modos de vida dos povos ancestrais, mas que realizaram trocas culturais e simbólicas. Para construir o Bem Viver devemos descolonizar nossos territórios e nosso ser. A descolonização do território implica autogestão e autodeterminação em todos os níveis. A descolonização do ser é ainda mais complexa e envolve a superação de muitas crenças e valores que impedem nosso reencontro com Pacha. Nesse contexto, o primeiro passo para Viver Bem é ver com os próprios olhos, pensar por nós mesmos e sonhar com nossos próprios sonhos. Um ponto de partida fundamental é encontrar as nossas raízes, a nossa identidade, a nossa história e a nossa dignidade. Descolonizar é reivindicar nossa vida, é recuperar o horizonte (RAMOS; SILVEIRA, 2015).

Descolonizar não é retornar ao passado, mas fornecer ao passado um conteúdo presente. Descolonizar é transformar a memória em sujeito histórico. Quanto mais o passado se torna consciente, maior a possibilidade de gerar o futuro. O verdadeiro sujeito da história não é o passado como passado, mas o presente, porque o presente é aquele que sempre precisa do futuro e do passado (MONTEIRO, 2011).

O Bem Viver preconiza a recuperação do passado para redimir o futuro, amplificando as vozes ignoradas das comunidades e da Mãe Terra. A descolonização implica rejeitar um *status quo* injusto e recuperar nossa capacidade de olhar profundamente para não ficarmos presos às categorias coloniais que limitam nossa imaginação. Descolonizar é responder às injustiças cometidas contra outros seres (humanos e não humanos), quebrar as falsas barreiras entre a humanidade e o mundo natural, dizer o que pensamos em voz alta, superar o medo de

ser diferente e para restaurar o equilíbrio, dinâmico e contraditório que foi quebrado por um sistema e modo de pensar dominantes (FLORES, 2011).

Um dos postulados mais difundidos do Bem Viver é o da harmonia, não só entre os seres humanos, mas também com a natureza. A essência do Bem Viver está no fortalecimento da comunidade, na promoção da complementaridade em oposição à competição e na busca do equilíbrio em oposição ao crescimento excessivo. As comunidades indígenas que durante séculos resistiram à chamada modernidade dos conquistadores e do capitalismo, hoje, são vítimas dessa miragem graças às práticas e discursos que lhes diz que o objetivo é crescer (MONTEIRO, 2011).

A modernidade de consumo e eficiência que antes eram resistidas pelas comunidades indígenas, hoje, começam a ser assumidas. Projetos que antes eram rejeitados por organizações camponesas, como megabarragens, ou que seriam impensáveis, como uma central nuclear, agora são aceitos em nome da modernidade. Pensar no todo exige não colocar a economia como centro da construção de uma nova sociedade (RAMOS; SILVEIRA, 2015).

O que temos visto nos últimos anos é uma obsessão dos governos do Bem Viver em crescer em termos de PIB, que mede apenas a parte da economia que é comercializada; ou seja, aquela produção de bens e serviços que entram no mercado capitalista, destruindo assim a natureza e os seres humanos. Em vez de crescimento econômico para o mercado capitalista, os esforços deveriam ter sido direcionados para promover a recuperação do equilíbrio em todos os níveis. Uma busca de equilíbrio entre os diferentes setores da economia e da sociedade que não pode ser alcançada sem atacar as causas estruturais da desigualdade. A atual desigualdade dilacerante não pode ser resolvida por meio de bônus, bolsas familiares ou transferências de dinheiro para os setores mais pobres. A redistribuição não pode se limitar à realocação da fração da renda que não é apropriada pelos setores econômicos mais poderosos. A busca da igualdade entre os seres humanos não pode ser reduzida a programas assistencialistas enquanto os grandes latifundiários, as empresas extrativistas e os grandes banqueiros continuarem acumulando enormes lucros (MONTEIRO, 2011).

O verdadeiro potencial de países como o Brasil está na agroecologia, na agrofloresta, no fortalecimento da soberania alimentar das comunidades indígenas e camponesas. Nessa perspectiva, o papel fundamental do Estado não se resume em criar empreendimentos comunitários de cima para baixo, mas sim promover redes de produção, troca, crédito, conhecimento tradicional e inovação a partir do nível local e com a participação ativa dos atores locais. O que prevalecia não era fortalecer o tecido social da comunidade, mas fazer obras

marcantes e chamativas para mostrar um impacto imediato. A produção orgânica, livre de transgênicos, foi deixada para discursos e de fato o consumo de agrotóxicos e glifosato vem aumentando no país na última década. A promoção de megaprojetos de infraestrutura, megabarragens, centros de pesquisa nuclear faz parte de um modelo obsoleto de desenvolvimento capitalista do século passado (MONTEIRO, 2011).

Longe de buscar transitar por aquela “modernidade” que começa a ser abandonada pelos próprios países do norte, é preciso pular etapas e aproveitar os últimos avanços da ciência numa perspectiva comunitária, social e não privatista. Isso significa apostar na energia solar e eólica comunitária, familiar e municipal para transformar os bolivianos de meros consumidores de eletricidade em produtores de eletricidade. O empoderamento das comunidades deve acontecer aproveitando as práticas e conhecimentos ancestrais e combinando-os com os mais recentes avanços tecnológicos, desde que estes contribuam para restabelecer o equilíbrio com a natureza e fortalecer as comunidades humanas (VANHULST, 2020).

A democracia é uma peça-chave na construção do Bem Viver, ao nível de um país ou de uma região, porque cada governo e povo vão cometer erros na construção de uma nova sociedade, e a única forma de os detectar, corrigi-los e reimaginar novos caminhos é com a ajuda de todos. A experiência desta década mostra-nos claramente que o Bem Viver não é possível ao nível de um único país no quadro de uma economia mundial capitalista, produtivista, patriarcal e antropocêntrica. Um elemento chave para que esta visão avance e prospere é a sua articulação e complementaridade com outros processos semelhantes ao nível de outros países. Esse processo não pode se limitar à promoção de processos de integração que não sigam as regras do livre comércio ou à mera aliança de estados ou governos (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017).

Provavelmente uma das maiores deficiências da última década foi não desenvolver alianças de movimentos sociais e indígenas independentes de governos progressistas. Olhando para trás, o movimento antiglobalização na América Latina, em vez de se fortalecer, enfraqueceu porque não foi capaz de articular sua própria visão autônoma de mudança. Confundiu suas utopias com os cálculos políticos de governos progressistas e perdeu a capacidade de criticar e sonhar. Para florescer, os processos de transformação social precisam se expandir para além das fronteiras nacionais e atingir os países que hoje colonizam o planeta de diferentes formas. Sem essa irradiação, para os centros nervosos do poder mundial, os processos de mudança acabam se isolando e perdendo vigor até que acabem por renunciar aos princípios e valores que outrora lhes deram origem. Nessa medida, o futuro do Bem Viver

depende da recuperação, reconstrução e potencialização de outras visões, que com diferentes ênfases, apontam para o mesmo objetivo em diferentes continentes do planeta. Bem Viver só é possível na complementaridade e retroalimentação com alternativas sistêmicas (ACOSTA, 2019).

2.2 Os indígenas no contexto urbano

O Amazonas apresenta uma das áreas de menor densidade demográfica populacional da Região Norte, quiçá do país, mas por outro lado é um lugar onde a luta pela terra é antiga e por vezes violenta. Nesse cenário, não é incomum observar o enfrentamento de indígenas na cidade de Manaus lutando pelos direitos à moradia, à saúde, às oportunidades, pelo direito de cidadania e inúmeras pautas de reivindicação que perpetuam seus direitos estabelecidos constitucionalmente, mas que são colocadas à margem dos interesses públicos e do Estado (ALMEIDA, 2008).

É sabido que o contexto existencial das comunidades indígenas é marcado por diversos conflitos com a sociedade envolvente. A violência impetrada desde o período da colonização, e que persiste até os dias de hoje, produz desigualdade, preconceito e exclusão social, cujos efeitos são perniciosos na constituição dessas subjetividades. E, ainda que haja diferenças significativas entre o modo de vida dos indígenas nas aldeias e nas cidades, a condição de desigualdade e suas decorrências persistem também ali (TEIXEIRA, 2016, p. 238).

As famílias indígenas que vivem nos grandes centros urbanos ficam à margem das políticas governamentais, vivendo em áreas de risco e submetidas às condições degradantes do subemprego. Acham-se vinculadas ao mercado de trabalho informal, recebendo pouca assistência das instituições públicas das áreas de saúde, educação e segurança (ALMEIDA, 2008, p. 71).

Estudos que compreendam a inserção de indígenas na cidade estão para além da produção acadêmica, buscam promover efetividade nas mudanças através do olhar crítico que a ciência e a práxis que a pesquisa nos convida a realizar permeiam. Conhecer o ambiente e os modos de vida é consideravelmente importante, contudo, é apenas o meio, nem o início, tampouco o fim (ROSA, 2018).

De todo modo, embora não saibamos apontar com exatidão o tamanho da população indígena urbana, sabe-se que, os índios em Manaus, em decorrência da omissão do órgão indigenista responsável no que se refere à atenção de indígenas na cidade,

seguida pela omissão dos poderes públicos em face do fornecimento dos serviços básicos essenciais ao bem-estar físico, psicológico e social, encontra-se a margem da cidade legal, estando impossibilitados de usufruir do aparelhamento urbano (ROSA, 2018, p. 132).

As consequências da desigualdade e exclusão, atualmente vivenciadas por pessoas pertencentes a grupos sociais oprimidos, acarretam a demanda de dificuldades para afirmação de suas identidades em espaços públicos (PRADO *et al.*, 2010).

A vida urbana apresenta dificuldades impetradas pelos sistemas de educação, econômico, de saúde, territorial, entre outras, em detrimento das condições de vida do indígena que vive em comunidades e/ou aldeias, pois sabe-se que qualquer experiência de vida traz consigo suas adversidades, especialmente quando se trata de povos indígenas. Consideramos que estudos que articulam essas temáticas permitem subsidiar reflexões internas e externas aos grupos indígenas, de modo a promover mudanças positivas da realidade desses povos na cidade (FERREIRA e CALEGARE, 2019, p. 76).

As discussões referentes às demandas dos indígenas perpassam pelas questões que envolvem os modos de vida, em sua complexidade, singularidade e pluralidade. O indígena que vive em áreas urbanas numa condição contínua de luta em busca de minimizar seu silenciamento, tendo como base a afirmação de sua identidade étnica, pois está inserido num espaço que inviabiliza direitos e alicerça situações de iniquidades (ALMEIDA, 2008).

Considerando o contexto indígena no espaço urbano, Nascimento e Vieira (2015, p. 124) discorrem sobre as questões históricas de violências que ficam mais expostos, “mais silenciados”, o que reflete no preconceito, na relevância sobre a diversidade indígena e na falta de conhecimento da população não indígena (PRADO *et al.*, 2010).

A migração de indígenas à cidade de Manaus não é um processo que tem fim, pois a cidade continuará sendo um polo de atração pelas condições que apresenta, assim como a representação no imaginário indígena. Sendo assim, é possível observar a relevância dos movimentos indígenas para lutar por direitos e melhores condições de vida. Há organizações como COPIME (Coordenação do Povos Indígenas de Manaus e Entorno) que nasceu no contexto de Manaus, e que tem procurado articular as pautas dos indígenas na cidade.

Ainda de acordo com Ferreira e Calegare (2019, p. 82), o percurso histórico das lutas por moradia e terra das comunidades indígenas na região Norte é marcado por tensões entre poder público e indígenas, gerando, em diversas situações confrontos diretos com a polícia. Essa configuração de indígenas travando lutas com o sistema pelo direito à terra e moradia é

comum na história da cidade de Manaus, quando são estereotipados e reduzidos a invasores e marginalizados. O cenário que se apresenta é de luta por um direito fundamental previsto constitucionalmente, muitas vezes sendo rechaçados, expulsos ou retirados brutalmente dos locais que tentam viver em diversos espaços urbanos é algo que deve ser repensado e problematizado.

Independente das razões de viver em área urbana, os indígenas apresentam situações que poderiam ser amparados pelo simples fato de serem sujeitos de direitos, valorizando seu pertencimento étnico e pautando a complexidade da questão em reconfigurações concretas em diversos âmbitos de políticas públicas (PRADO *et al.*, 2010).

A visão eurocêntrica relacionada à “descoberta” do Brasil, que foi mais um processo de “encobrimento” dos saberes e práticas dos povos indígenas (DUSSEL, 1993). Além disso, foi uma história contada a partir da lógica e pensamento do conquistador, constrói uma narrativa que reforçou a relação de superioridade do branco em detrimento dos outros povos, criando uma estrutura de preconceito e racismo. De acordo com Almeida (2019, p.17), o racismo estrutural é “uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional.”

Com a migração que vem crescendo significativamente nos últimos anos conforme os dados do IBGE, que somente a partir de 1991 passou a apresentar dados censitários sobre os indígenas, mostra um elevado crescimento do primeiro ano de coleta em 1991 para a segunda investigação ocorrida no ano de 2000. Conforme a avaliação e análise da coleta de dados apresentadas pelas Primeiras Considerações com base no quesito cor ou raça, que recebera a nomenclatura ‘Os Indígenas no Censo Demográfico 2010’, discorre sobre o crescimento da população autodeclarada indígena de 1991 para 2010 e pontua que o acontecimento “foi atípico”. Não existe nenhum efeito demográfico que explique tal fenômeno. Muitos demógrafos atribuíram o fato a um momento mais apropriado para os indígenas, em que estavam saindo da invisibilidade pela busca de melhores condições de vida, mais especificamente, os incentivos governamentais (IBGE, 2012).

É válida a reflexão sobre as potencias e fragilidades da vivência dos indígenas que buscam na cidade melhoria de infraestrutura ou qualquer forma que os trazem a um território que não favorece oportunidades para a garantia efetiva de seus direitos, o espaço urbano é em si só ambiente, mas constitui-se por pessoas. Segundo Nunes (2010, p. 22) estar na cidade

implica em relacionar-se com esses seres tecnicamente potentes e moralmente decaídos, os brancos.

A presença dos indígenas em áreas urbanas está alicerçada bem antes de dados censo demográficos, e ainda há muito que se discutir nesta relação simbólica entre urbano/floresta diante dos impactos gerados pelo cenário de julgo aos olhos dos não- indígenas, que causa estranheza ao ponto de deslegitimar seu desejo de viver na cidade, como se precisassem de autorização para isso, poderia ser uma anedota, mas cabe dizer que é pré-conceito (PRADO *et al.*, 2010).

Como os indígenas se relacionam com o mundo urbano ou como o mundo urbano se relaciona com os indígenas pode ser mais um potencial estudo para pensar nas relações que são estabelecidas a partir do lugar. Pensando na vivência que tive em área indígena, recordo dos rituais de puberdade masculino e feminino da etnia com a qual trabalhava, onde ritos de passagem tinham uma conotação de dor e sofrimento, e claro, cultura, historicidade e ancestralidade. Sendo assim, me arrisco a uma analogia sem muito filtro, penso que a inserção à vida em área urbana é permeada de dor e sofrimento pelas lutas travadas com o Estado não-indígena (NUNES, 2010).

Em primeiro lugar, estudos defendem que o modelo antropológico indigenista que costuma alimentar o direito e a política multicultural liberal essencializa e homogeneiza as comunidades indígenas. Esse modelo, portanto, é incapaz de dar conta da diversidade existente nessas comunidades e da natureza contingente da identidade indígena. Embora o modelo identifique como componentes necessários de uma verdadeira identidade indígena a existência de um território ancestral rural e indomado e de uma cultura tradicional intimamente ligada e dependente desse território, não consegue descrever boa parte dos sujeitos e comunidades que se descrevem como indígenas, mas que não atendem aos requisitos acima para poder pertencer "legitimamente" a uma comunidade indígena, ou seja, o indígena urbano (PRADO *et al.*, 2010).

Na segunda instância, argumento que os processos massivos de urbanização dos povos indígenas, que podem ser vistos tanto no Sul Global quanto no Norte Global, fizeram com que as categorias mais comumente aceitas na literatura filosófica liberal designassem grupos culturais minoritários (minorias nacional e étnica) são limitadas em designar a realidade dos indígenas urbanos – que, como visto, compõem um número significativo de indivíduos e grupos que se definem como indígenas (NUNES, 2010).

As comunidades indígenas nem sempre são coletividades que vivem em um território ancestral, com história, língua e cultura comuns e que querem se manter como uma cultura

claramente distinta e separada da maioria. Da mesma forma, as comunidades indígenas não costumam ser formadas por grupos de imigrantes voluntários que desejam se integrar às práticas políticas da cultura majoritária e que, por sua vez, desejam manter espaços privados e públicos para manifestar e reproduzir sua diferença cultural (NUNES, 2010).

O liberalismo multicultural é o ramo teórico que considera que direitos diferenciados são compatíveis com igualdade e autonomia. Essa interpretação do liberalismo defende a ideia de que a cultura é um bem que a comunidade política deve proteger e que, para atingir esse objetivo, é necessário que as minorias culturais sejam titulares de um conjunto de direitos particulares que os membros não são cultura majoritária (PRADO *et al.*, 2010).

Para essa corrente liberal, a cultura é um bem social ou um bem primário necessário ao exercício da autonomia. Os indivíduos não escolhem, transformam ou mudam seus projetos de bem viver no vácuo. Fazem-no dentro de um contexto cultural que determina as opções disponíveis ao sujeito, bem como o valor que cada uma das alternativas tem. Sujeitos, argumenta-se, não são mônadas que podem ser construídas sozinhas, isoladas do “outro” e da rede de variáveis e forças que constituem a cultura em que estão imersos (NASCIMENTO, 2014).

Assim, por exemplo, um membro da comunidade indígena *Nukak Maku*, uma comunidade nômade que vive na Amazônia colombiana, está imerso em um horizonte de perspectivas que lhe oferece um número amplo, mas limitado de opções para uma vida boa, por exemplo, ser um caçador, pescador, colecionador ou médico tradicional (ou uma combinação de alguns deles) em áreas de floresta tropical. No entanto, não o oferece como opção ou alternativa valiosa para se tornar um agricultor ou um comerciante que vive em uma das cidades da zona andina da Colômbia (ARRUDA, 2003).

Claro, o contexto em que os *Nukak Maku* vivem pode variar. De fato, alguns dos grupos que compõem esta comunidade entraram em contato com a sociedade majoritária atraídos pelos confortos da sociedade moderna, em busca de serviços médicos para seus membros ou fugindo da violência gerada pelo narcotráfico ou pelo conflito armado na Colômbia. Esse contato fez com que alguns desses indígenas se estabelecessem em contextos urbanos, aprendessem o espanhol ou se distanciassem de sua cultura tradicional. Nesses casos, as opções disponíveis para o exercício da autonomia individual dos *Nukak Maku* são diferentes daquelas dos grupos e indivíduos que não tiveram contato com a sociedade majoritária (ANGARITA *et al.*, 2010).

No entanto, este continua sendo o contexto no qual os membros dessa comunidade constroem e reconstroem sua identidade. Agora, as razões pelas quais os liberais multiculturais

acreditam que a cultura deve ser protegida variam. Para alguns, deve ser protegido, pois constitui um bem primário para os indivíduos; para outros, pois é um bem social que tem valor em si mesmo. No primeiro caso, a cultura é um recurso necessário para que o sujeito construa sua identidade individual. É um bem necessário para que todos possam escolher e transformar seu projeto de bem viver. A cultura não tem valor em si mesma; tem-no na medida em que é uma ferramenta necessária para poder aceder a outros bens considerados valiosos. No segundo caso, a cultura tem um valor social independente da função que desempenha em relação à autonomia individual. Não é um bem apenas porque é um meio para as pessoas alcançarem um fim que consideram valioso – exercer sua autonomia (PRADO *et al.*, 2010).

A cultura tem um valor intrínseco na medida em que é a condição de possibilidade das coisas que os indivíduos valorizam. Sem essa rede de perspectivas, aquelas outras coisas que os indivíduos consideram valiosas não existiriam. Apesar das diferenças existentes no liberalismo multicultural sobre as razões que justificam que a cultura seja considerada um bem, há amplo consenso dentro dessa perspectiva teórica de que as minorias culturais devem ter direito a uma série de direitos que lhes permitam defender e promover suas tradições. As minorias culturais devem ter instrumentos legais para evitar o declínio de sua cultura. Admitir seu declínio ou desaparecimento, afirma o liberalismo multicultural, deve ser uma decisão de seus membros e não uma consequência das relações de poder existentes no Estado (NASCIMENTO, 2014).

Certamente, membros de minorias culturais podem ser assimilados por outra cultura e, portanto, ter acesso a um determinado horizonte de perspectivas – ainda que tenha contornos e eixos diferentes da cultura tradicional. Esses indivíduos poderiam exercer sua autonomia dentro desse novo quadro cultural. No entanto, o custo que eles teriam que pagar por essa mudança é geralmente alto e não poderia ser justificado a eles. O preço que pagariam em termos econômicos e de autoestima, por exemplo, seria excessivo. As consequências da assimilação forçada dos povos indígenas no continente americano mostram o alto valor que os indivíduos pagam quando mudam de cultura à força (ARRUDA, 2003).

As políticas de reassentamento obrigatório nas cidades, por exemplo, causaram enormes danos entre os membros das comunidades indígenas. Na cidade, as pessoas que tradicionalmente viveram em contextos rurais perdem as referências que explicam e valorizam suas vidas. Em uma cidade industrial que gira em torno da economia de mercado, por exemplo, um pescador que é socialmente estimado na comunidade rural e lacustre de onde vem, se torna um sujeito anônimo com muito pouco valor na comunidade. A autoestima e o capital social e

os recursos econômicos desse indivíduo diminuem acentuadamente com a mudança dos contextos culturais. No entanto, para o liberalismo multicultural, direitos diferenciados não devem ser defendidos apenas para proteger a autonomia individual, mas também por razões de igualdade. As minorias culturais geralmente estão em desvantagem em relação às culturas majoritárias em termos do poder que têm. Eles têm que proteger e promover suas tradições (PRADO *et al.*, 2010).

O Estado geralmente usa as enormes forças à sua disposição para proteger a cultura dominante dentro da comunidade política. A ação do Estado, portanto, torna altas as chances de que a cultura da sociedade majoritária possa florescer e se projetar no futuro e, em contrapartida, as chances de que o mesmo aconteça com as culturas das comunidades minoritárias são notavelmente altas. Os direitos diferenciados, argumenta o liberalismo multicultural, são as ferramentas legais que permitem às culturas minoritárias determinarem autonomamente o tipo e o grau de contato que desejam ter com a cultura majoritária e se opor efetivamente às intervenções indevidas do Estado nos assuntos privados e públicos da comunidade (NASCIMENTO, 2014).

No entanto, a defesa de direitos diferenciados feita pelo liberalismo multicultural colide diretamente com a interpretação padrão do cânone liberal. O liberalismo processual considera que a intervenção do Estado em questões relacionadas à cultura é uma violação dos princípios centrais do liberalismo. Por um lado, viola o princípio de que o Estado deve respeitar a fronteira que separa a esfera privada da esfera pública (ARRUDA, 2003).

O primeiro é o espaço da moralidade; a esfera onde os indivíduos se articulam, transformam e tentam concretizar seus projetos de bem viver. Este, portanto, é o espaço da cultura – uma categoria que está diretamente relacionada às opções vitais que as pessoas escolhem. As questões que têm a ver com a religião que se professa, as línguas que se fala ou as práticas sociais com as quais se está comprometido, por exemplo, são da exclusiva responsabilidade dos indivíduos; estão intimamente ligados ao tipo de sujeito que querem fazer de si mesmos (PRADO *et al.*, 2010).

A segunda é a esfera da justiça; a órbita onde se determina a estrutura básica da comunidade política e, portanto, o lugar onde se decide como serão distribuídos o poder, a autoridade e os recursos de que dispõe. Ações estatais que ultrapassam os limites que protegem a autonomia dessas duas órbitas violam o espaço que os indivíduos têm para exercer sua autonomia e construir sua identidade (NUNES, 2010).

O Estado, argumenta o liberalismo processual, não deve invadir o espaço íntimo onde o sujeito é construído de forma autônoma. Para o liberalismo processual deve haver uma descontinuidade entre a esfera privada e a esfera pública para que a liberdade individual seja protegida. Por outro lado, a intervenção do Estado em questões relacionadas à cultura viola o princípio que indica que deve tratar todos os cidadãos com igual consideração e respeito. O Estado, aponta o liberalismo procedimental, deve permanecer neutro diante dos projetos de bem viver de seus associados e, como afirma com veemência essa doutrina, não pode colocar a serviço de um projeto de bem viver, ainda que seja aquele favorecido pela maioria, imensos recursos materiais e simbólicos à sua disposição (ARRUDA, 2003).

Fazer isso seria privilegiar um grupo de membros da *polis* sobre os demais e, portanto, estaria atacando a igualdade política de todos os associados. Da mesma forma, estaria questionando a igualdade básica de todos os seres humanos, que justifica a igualdade política dos cidadãos com a qual o liberalismo está comprometido. O liberalismo multicultural responde ao liberalismo procedimental com dois argumentos (NUNES, 2010).

A primeira refere-se à estreita ligação que existe entre a autonomia individual e a cultura acima referida. Acrescenta ainda que o liberalismo procedimental perde de vista o fato de que os sujeitos não escolhem pertencer a uma dada cultura; eles nascem nele. A autonomia, portanto, nada tem a ver com o horizonte de perspectivas em que o sujeito está imerso no início e durante boa parte de sua vida. É evidente que, teoricamente, os sujeitos podem optar por mudar sua cultura. No entanto, os recursos materiais que a maioria das pessoas controlam não permitem que essa seja uma opção real na maioria das vezes. Quando é, como dito acima, essa opção envolve o pagamento de custos que poucas pessoas estariam dispostas a arcar (PRADO *et al.*, 2010).

O segundo argumento indica que o ideal de neutralidade do Estado, no qual se baseia o liberalismo procedimental, é irrealizável. O Estado não pode deixar de tomar decisões sobre questões relacionadas à cultura. Determinar qual é a língua oficial do Estado, quais são seus símbolos nacionais e quão escassos recursos devem ser distribuídos para financiar as práticas culturais de indivíduos e grupos, são questões que o Estado deve inevitavelmente decidir (ARRUDA, 2003).

Quando esta dimensão da realidade política é deixada de lado, apelando ao ideal de neutralidade, às vezes, obscurece-se o fato de que o Estado tomou e continuará tomando esse tipo de decisão de forma a favorecer o projeto moral da maioria. Direitos diferenciados, argumenta o liberalismo multicultural, são as ferramentas que permitem que as minorias

culturais sejam tão propensas a proteger e promover suas tradições quanto a cultura majoritária (NASCIMENTO, 2014). No entanto, os direitos diferenciados defendidos pelo liberalismo multicultural são de outro tipo. Dependem do bem que procuram proteger e das características da minoria cultural que vai ser protegida (ARRUDA, 2003).

Em primeira instância, estão os direitos de autogoverno. Esses direitos permitem que as minorias culturais decidam de forma autônoma os assuntos políticos e jurídicos da comunidade. Questões como a criação de uma jurisdição indígena que permita julgar os membros da comunidade, decidir a forma de exploração dos recursos naturais existentes nos territórios indígenas e especificar os critérios para a atribuição de terras coletivas entre os membros da comunidade, eles só são possíveis se essas coletividades forem detentoras de direitos de autogoverno (PRADO *et al.*, 2010).

Em segundo lugar estão os direitos de representação política de grupo. Esses direitos permitem que as minorias culturais participem dos processos de tomada de decisão política no Estado a que pertencem. Se esses direitos não existissem, o desequilíbrio de poder político e econômico existente entre a cultura majoritária e as culturas minoritárias tornaria muito improvável, senão impossível, que os representantes destas últimas pudessem acessar os espaços políticos nacionais. Os direitos de representação política de grupo justificariam, por exemplo, a criação de distritos eleitorais especiais para minorias culturais ou a criação de cotas para esse tipo de coletividade nas diretorias dos órgãos estaduais encarregados de desenhar as políticas que determinam os contornos e características das relações interculturais. Na terceira instância, estão os direitos culturais que permitem a defesa e promoção das tradições culturais. Esses direitos justificariam a criação de programas de educação étnica, o financiamento de centros culturais e festivais que permitam a difusão e reprodução das tradições culturais das minorias e a promoção de publicações oficiais que mostrem as contribuições dos grupos à comunidade política minoritária (PRADO *et al.*, 2010).

Vivendo em áreas periféricas, desenvolvendo atividades em subempregos, destituídos de direitos. Na cidade de Manaus, indígenas destacam-se na luta por território, na arte, na potência coletiva. O que parece ser uma oportunidade estar em áreas urbanas, pelos pontos que me oponho em pautar por se tratar de uma visão de mundo subjetiva, a constituição cidadina emerge situações que ampliam e vulnerabilizam estas pessoas.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Compreender os aspectos que envolvem a saúde mental e o bem viver de jovens indígenas no contexto urbano de Manaus, Amazonas.

3.2 Objetivos Específicos

- Descrever a realidade vivenciada pelos jovens no Bairro Parque das Tribos, cidade de Manaus.
- Identificar as principais necessidades dos jovens em relação à saúde mental.
- Analisar os principais aspectos que afetam a saúde mental e o bem viver dos jovens indígenas.

4. MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 Modelo de estudo

A pesquisa teve uma abordagem participativa, com método tanto quantitativo como qualitativo. Esta concepção de estudo entre outras características implicou em analisar o contexto em que as situações ocorrem, valorizando o significado que os jovens dão às situações e eventos.

A pesquisa de abordagem participativa dialoga com o saber da realidade do território, os indivíduos pertencentes envolvidos com o espaço e sua dinâmica, o que requer um estudo colaborativo que envolve a proposta do bem viver e saúde mental de jovens indígenas, integrando o conhecimento acadêmico e o conhecimento local, destacando noções de equidade no cenário da saúde mental.

4.2 Sujeitos da pesquisa

O universo da pesquisa foi delineado a partir das narrativas de 10 (dez) jovens indígenas de 18 a 25 anos que vivem no contexto urbano de Manaus, mais especificamente e obrigatoriamente moradores da Comunidade Parque das Tribos, versando sobre as situações de vida que envolvam a saúde mental e o Bem Viver.

4.3 Cenário da pesquisa

A investigação foi realizada na Comunidade Indígena Parque das Tribos, localizada no Bairro Tarumã, Manaus. A Comunidade apresenta-se como pluriétnica e multilinguística, com 35 etnias e uma população estimada em 2.800 mil habitantes, com 14 línguas indígenas. Essa estimativa é das organizações indígenas.

Em 2014, foi fundada a comunidade Parque das Tribos, dando início às disputas judiciais por aquelas terras que se estendem até o presente momento. A comunidade Parque das Tribos fica localizada nos limites territoriais de uma grande área que é a Cidade das Luzes, que já foi ocupada anteriormente por famílias indígenas e não-indígenas. Esta área passou por uma grande reintegração de posse em dezembro de

2015, por determinação da Vara Especializada em Meio Ambiente e Questão Agrária da Justiça do Amazonas. A partir disso, houve a motivação para tensão e os conflitos nessa região se intensificaram, pois o medo de uma nova tentativa de reintegração da área era grande. O que grande parte dos moradores afirmam é que tem havido conflitos constantemente nos últimos anos, segundo eles, são as ações ilegais por parte de um grupo da Polícia Militar, alegando o cumprimento da ordem judicial que, até o momento em questão, não existia. Além disso, existem ainda as facções criminosas que estão adentrando cada vez mais na área da comunidade, causando desconforto e medo aos moradores (LIZARDO *et al*, 2015, p.3).

Através das narrativas dos jovens acerca de suas vivências, considerando a compreensão dos discursos envolvidos, poderão corroborar para uma pesquisa desenvolvida para o conhecimento, sobretudo, buscando o enfrentamento para transformação de realidades e de empoderamento jovem, pautando possibilidades de políticas públicas efetivas.

4.4 Instrumento da pesquisa

Como instrumento de coleta de dados foram compostos por duas estratégias: um roteiro de perguntas semiestruturadas com narrativa livre. Os aspectos que foram analisados foram: idade, gênero, orientação sexual, etnia, nível de escolaridade, estado civil, número de filhos, se faz parte de grupo de jovens, se trabalha atualmente e o que faz e renda mensal.

O Roteiro de Perguntas foi formado por perguntas semiestruturadas com narrativas livres e dividido em três bloco, com total de 17 perguntas. 1º Bloco (5 perguntas) com o objetivo de analisar os aspectos das relações sociais em diferentes contextos e relações familiares, 2º Bloco (5 perguntas) identificar as necessidades e aspectos relacionados ao Bem Viver e Saúde Mental no âmbito individual e coletivo, o 3º bloco (7 perguntas) buscou avaliar os aspectos relacionados às condições pessoais, emocionais e desafios encontrados na sociedade que fazem parte de suas vivências que afetam a saúde mental e o Bem Viver.

A entrevista foi aplicada com os jovens indígenas que vivem na Comunidade Indígena Parque das Tribos Bairro: Tarumã, Manaus/AM. Participaram da entrevista 10 jovens, dividido igualmente por sexo, que voluntariamente se dispuserem participar. Todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE.

4.5 Análise de dados

Após a coleta dos dados, foi feita a transcrição das respostas e a criação de um banco de dados. Em seguida, foi iniciada a análise dos dados e a codificação dos trechos relevantes para então fazermos a seleção das unidades temáticas. Após essa codificação foi iniciada a análise interpretativa, tendo como base a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2002) que é usada na pesquisa qualitativa.

4.6 Questões éticas

O projeto mais amplo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, no número CAEE 48611021.5.0000.5020.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mediante os resultados obtidos, foram gerados um capítulo de livro e um artigo:

- O capítulo de livro “Saúde Mental e Bem Viver de Jovens Indígenas em contexto urbano de Manaus- Amazonas”
- Artigo “A Saúde Mental de jovens indígenas residentes na cidade de Manaus- Amazonas”.

5.1 Capítulo de livro

SAÚDE MENTAL E BEM VIVER DE JOVENS INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO DE MANAUS, AMAZONAS¹

Viviane Lima Verçosa

Júlio César Schweickardt

Sônia Maria Lemos

Rodrigo Tobias Sousa Lima

A discussão que propomos passa por uma crítica à colonização dos saberes e conhecimentos tradicionais pelo pensamento ocidental e eurocêntrico. A proposta é ampliar as possibilidades de conhecimento acerca dos saberes ancestrais relacionados à saúde mental e o bem viver de jovens indígenas que vivem em contexto urbano. Tal proposta implica a necessidade de um diálogo intercultural entre os saberes tradicionais, científicos, culturais, e, sobretudo, perceber os desafios encontrados pelos jovens indígenas.

Nesse sentido, há necessidade de problematizarmos a hierarquização dos saberes, pois “reconhecer o outro é tarefa que nos exige abdicar de uma suposta superioridade que nossos ‘saberes’ válidos e valorizados nos conferem: “[...] as diferenças que nós temos não podem levar à desigualdade, ao aniquilamento dos direitos e à diferença, que anula a possibilidade de igualdade [...]” (OLIVEIRA; SGARBI, 2002, p. 16). A possibilidade de igualdade acontece nessa crítica e na tentativa de superação das desigualdades.

A ‘saúde mental’ não é um termo utilizado pelos povos indígenas, sendo assim, o objetivo em si deste texto se propõe a trabalhar por uma definição ou uma discussão pautada na concepção de saúde mais ampliada, não do patológico, em processos e fatores relacionados com a cosmovisão integral da vida, seja humana e não humana. Para isso, estamos utilizando um conceito de Bem Viver, que implica a relação com a natureza, as relações familiares, sociais e outros seres não-naturais.

¹ Publicado na Série Saúde & Amazônia pela Editora da Rede Unida no endereço eletrônico: <https://editora.redeunida.org.br/project/a-saude-indigena-nas-cidades-redes-de-atencao-cuidado-tradicional-e-intercultural/>

A saúde mental no contexto indígena recorre a noção dos saberes ancestrais que tem na concepção de Bem Viver a possibilidade de ampliar a visão de mundo, superando uma concepção individualista e capitalismo hegemônica no modelo dominante de sociedade. A saúde mental é um conceito disciplinar que nasce com as ciências da psiquê, que delimitaram o seu escopo de ideias e interpretações no interior de uma sociedade moderna, nascida a partir do século XVI na Europa, branca e cristã. Com algumas exceções temos o caso de Gustav Jung que tem no seu universo de pesquisa as religiões e filosofias orientais.

Desse modo, os saberes ocidentais se colocaram numa relação de poder hierárquica, numa verdadeira colonização de poder, como teoriza Anibal Quijano (2019), na relação com os saberes ancestrais dos povos indígenas. Nesse sentido, tentamos realizar uma construção de modo a olhar para os indígenas, que vivem em área urbana, pela lógica do conjunto de ideias sobre o Bem Viver. O exercício é de mudar a perspectiva do olhar, numa tentativa de desconstrução ou descolonização do olhar colonial ocidental sobre os povos indígenas.

Descolonizar o pensamento é estar aberto para o presente, com uma base na ancestralidade para pensar no futuro como possibilidade. O projeto de humanidade, segundo Ailton Krenak (2021), está fracassado porque excluiu a maior parte da população e também excluiu a própria natureza e seus seres. Portanto, propõe o líder indígena que o modo de adiar o “fim do mundo”, porque este já está posto, é retomarmos a nos conectar com o mundo vivo e amplo que envolve todos os seres.

A proposta deste texto é apresentar uma discussão no âmbito bibliográfico e teórico, sendo dividido em três seções: A concepção de Bem Viver; jovens indígenas na cidade; saúde mental e os jovens indígenas na cidade².

Bem Viver como estratégia de vida e política

Iniciamos pontuando que a ideia de Bem Viver está relacionada com a crítica ao modelo de desenvolvimento da sociedade capitalista neoliberal. Segundo Dilger (2016, p.31), “não se trata de apostar em “desenvolvimentos” alternativos, e sim de construir alternativas ao desenvolvimento, rechaçando, como ponto de partida, o rótulo de “subdesenvolvidos”. Assim,

² O presente texto é parte de dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Situações de Saúde e Condições de Vida na Amazônia (PPGVIDA). A primeira autora é bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

como um pensamento contracultural, os saberes ancestrais trazem múltiplas formas de ver o mundo e apontam para outros projetos de sociedades.

Como viver bem com tantas iniquidades perpetradas pelo sistema capitalista, onde ‘ter’ é base de valoração individual e coletiva de muitas sociedades? Por isso, é necessário cuidado extremo às vistas da relação de desenvolvimento, que definitivamente não é sinônimo de bem-estar (ALCANTARA; SAMPAIO, 2020). A sociedade ocidental não apontou alternativas para “adiar o fim do mundo” porque o modo de vida idealizado é com base num consumo de bens naturais insustentáveis.

O Bem Viver fala de viver bem, que nos aproxima das ideias de realização, confrontando com um modo de viver numa sociedade, pautada ainda na falácia do desenvolvimento, onde poucas pessoas são efetivamente realizadas. O convite do Bem Viver é por uma aposta numa mudança de mentalidade, mesmo que não há uma concepção universal de Bem Viver, que possa ter validade em todos os lugares, mas temos vários universais, ou seja, pluriversos em ação (KATYHARI et al., 2021).

O Bem Viver é um conceito em construção que passou por diferentes etapas em sua evolução. Portanto, não existe uma definição única de Bem Viver, mas muitos bem viveres em diferentes contextos (FERNANDES; UHDE, 2017). Bem Viver é um espaço de polêmica e diálogo onde não existe uma única verdade absoluta. São múltiplas as verdades e também inúmeras mentiras que hoje são canonizadas em nome do Bem Viver (ALCANTARA; SAMPAIO, 2020).

O conceito de Viver Bem ou Bem Viver passou por diferentes fases. Há três décadas, quase não se falava dessa visão na América do Sul. O que existia naquela época era o *suma qamaña* (aymara) e o *suma qawsay* (quechua) que expressam um conjunto de ideias centradas nos sistemas de conhecimento, prática e organização dos povos nativos dos Andes da América do Sul. O *suma qamaña* e o *suma qawsay* são realidades vivas das comunidades andinas que foram objeto de estudo de antropólogos e intelectuais aimarás e quéchuas. Durante quase todo o século XX, essa visão passou despercebida por amplos setores da esquerda e das organizações sociais urbanas. Tanto o *suma qamaña* quanto o *suma qawsay* surgiram há vários séculos e ainda existem nas comunidades andinas, embora estejam cada vez mais em declínio devido à pressão da modernidade e do desenvolvimentismo (FLOR, 2011).

A teorização e o surgimento do conceito de Viver Bem ou Bem Viver teve início no final do século passado e início deste século. Sem o desenvolvimento avassalador do neoliberalismo e do "consenso de Washington", talvez o *suma qamaña* e o *suma qawsay* nunca

teriam aparecido como uma possibilidade do pensamento crítico. O fracasso do socialismo soviético, a ausência de paradigmas alternativos, o avanço da privatização e a mercantilização das múltiplas esferas da natureza, desencadearam um processo de reaprendizagem de práticas e visões indígenas, que foram desvalorizadas pelo projeto colonial europeu. A demissão de dezenas de milhares de trabalhadores devido à aplicação de medidas neoliberais provocou uma mudança nas estruturas de classe dos países andinos da América do Sul (VANHULST, 2020).

O Bem Viver não é um conjunto de receitas culturais, sociais, ambientais e econômicas, mas uma mistura complexa e dinâmica que vai desde uma concepção filosófica de tempo e espaço até uma visão de mundo sobre a relação entre o ser humano e a natureza (FLOR, 2011). Neste texto não pretendemos cobrir todas as suas facetas, mas focar naquelas que podem ser centrais para a construção teórica e prática de alternativas sistêmicas. A força do Bem Viver está na relação com alternativas como: os espaços comuns, decrescimento, ecofeminismo, desglobalização, ecossocialismo, direitos da Mãe Terra, entre outras (SOLÓN, 2019).

A Pachamama é outro conceito andino importante para a construção de um outro pensamento. Pacha é o "tudo" em constante movimento, é o cosmos em permanente evolução. Pacha não se refere apenas ao mundo dos humanos, animais e plantas, mas também ao mundo de cima (Hanaq Pacha), onde vivem o sol, a lua e as estrelas, e o mundo de baixo (Ukhu Pacha), onde vivem os espíritos (VANHULST, 2020).

Para o Bem Viver tudo está interligado e tudo forma uma unidade. Nesse espaço, passado, presente e futuro coexistem e se inter-relacionam dinamicamente. A visão andina do tempo não segue a mecânica de Newton, que afirma que o tempo é uma coordenada independente do espaço e é uma magnitude idêntica para qualquer observador. Ao contrário, essa visão de mundo nos lembra a famosa frase de Einstein: A distinção entre passado, presente e futuro é apenas uma ilusão persistente (SOLÓN, 2019).

As políticas favoráveis são aquelas que levam em conta "o todo" e não apenas algumas partes. Agir apenas de acordo com os interesses de uma parte (humanos, países do norte, elites, acumulação material...) inevitavelmente gerará desequilíbrios no "todo". Qualquer medida deve tentar compreender as múltiplas dimensões e inter-relações de todas as partes. Para a visão de Bem Viver há sempre uma dualidade, pois tudo parece contraditório. O bem puro não existe, o bem e o mal sempre coexistem. Tudo é e não é.

O indivíduo e a comunidade são dois pólos de uma mesma unidade. Uma pessoa só é uma pessoa na medida em que trabalha para o bem comum da comunidade a que pertence. Sem comunidade não há indivíduo e sem seres singulares não há comunidade (MENESES et al,

2021). A comunidade é composta não apenas de humanos, mas de não-humanos. Bem Viver é aprender a viver nessa dualidade. O desafio não é "ser", mas "aprender a se relacionar" com as outras partes contraditórias do todo. A existência não é algo dado, mas um conceito relacional. Nas comunidades andinas, a propriedade privada individual coexiste com a propriedade comunal. Existem diferenças e tensões entre os membros de uma comunidade. Para gerenciar essas tensões, diferentes práticas culturais são realizadas com o objetivo de gerar certos níveis de redistribuição (FLOR, 2011).

Em oposição ao crescimento permanente, o Bem Viver busca o equilíbrio. Esse equilíbrio não é eterno ou permanente, por isso gera novas contradições e desencontros que exigem novas ações para se reequilibrar. Essa é a principal fonte de movimento, de mudança cíclica no espaço-tempo. A busca da harmonia entre os seres humanos e com a Mãe Terra (Pachamama) não é a busca de um estado idílico, mas a razão de ser de "tudo". Esse equilíbrio não se assemelha à estabilidade que o capitalismo promete alcançar por meio do crescimento contínuo. A estabilidade, como o crescimento permanente, são quimeras. Mais cedo ou mais tarde, todo crescimento sem limites gera graves transtornos na Pacha, como estamos vivendo com o fenômeno das mudanças climáticas. O equilíbrio é sempre dinâmico. O objetivo não é alcançar um equilíbrio perfeito sem contradições, pois este não existe. Tudo se move em ciclos, é um ponto de chegada e partida para novos desequilíbrios, para novas e mais complexas contradições e complementaridades (FERNANDES; UHDE, 2017).

Segundo Krenak, a sociedade ocidental precisa entender que não somos o “sal da terra”, fazendo uma analogia do cristianismo para se referir à ideia de que dá o significado a tudo e a todos. Por isso, alerta que é necessário abandonar o antropocentrismo; há muita vida além da gente e do natural, como visto pelo reducionismo científico (KRENAK, 2020).

Outra questão a ser observado no Bem Viver é a complementaridade dos diversos. O equilíbrio entre os opostos que habitam um todo só pode ser alcançado pela complementaridade. Não anulando o outro, mas complementando-o. Complementaridade significa ver a diferença como parte de um todo. O objetivo é como entre essas diferentes partes, algumas antagônicas, podemos complementar e completar o “todo”. A diferença e a particularidade fazem parte da natureza e da vida. Nunca seremos todos iguais. A proposta é pelo respeito ao diverso para encontrar outras formas de articular experiências, conhecimentos e ecossistemas (MENESES, 2021).

O capitalismo opera sob uma dinâmica muito diferente. Na lógica do capital, o fundamental é a competição para aumentar a eficiência. Qualquer coisa que restrinja ou limite

a concorrência é negativa. A competição faz com que cada setor ou país se especialize naquilo em que é melhor. No final, todos se tornarão mais eficientes em alguma coisa e a inovação é incentivada para alcançar a máxima produtividade. Do ponto de vista da complementaridade, a competição é negativa porque uns ganham e outros perdem, desequilibrando o “todo”. A complementaridade busca a otimização por meio da combinação de forças. Quanto mais um se articula com o outro, maior a resiliência de cada um e do “todo”. A complementaridade não é a neutralidade entre os opostos, mas o reconhecimento das possibilidades oferecidas pela diversidade para equilibrar o todo (MONTEIRO, 2011).

Outro ponto a ser observado no Bem Viver é a questão da descolonização. Na visão de Bem Viver há uma luta contínua pela descolonização. Há mais de 500 anos a invasão do continente, denominado América, iniciou um novo processo. Essa colonização não terminou com os processos de independência e constituição das repúblicas no século XIX, mas continua sob novas formas e estruturas de dominação (QUIJANO, 2019). Descolonizar é dismantlar os sistemas políticos, econômicos, sociais, culturais e mentais que ainda prevalecem. A descolonização é um processo de longo prazo que não acontece num só movimento porque a colonização está enraizada nas estruturas sociais e no pensamento, vide o racismo. Podemos alcançar uma certa soberania econômica e, no entanto, continuarmos culturalmente subjugados. Podemos ser plenamente reconhecidos em nossa identidade cultural pela Constituição Política do Estado e, no entanto, continuar prisioneiros de uma visão consumista ocidental (MONTEIRO, 2011).

A parte mais difícil do processo de descolonização é libertar nossas mentes e almas, que foram capturadas por conceitos alheios aos modos de vida dos povos ancestrais, mas que realizaram trocas culturais e simbólicas, como nos mostra brilhantemente Franz Fanon (2009). Para construir o Bem Viver devemos descolonizar nossos territórios e nosso ser. A descolonização do território implica autogestão e autodeterminação em todos os níveis. A descolonização do ser é ainda mais complexa e envolve a superação de muitas crenças e valores que impedem nosso reencontro com Pacha. Nesse contexto, o primeiro passo para Viver Bem é ver com os próprios olhos, pensar por nós mesmos e sonhar com nossos próprios sonhos. Um ponto de partida fundamental é encontrar as nossas raízes, a nossa identidade, a nossa história e a nossa dignidade. Descolonizar é reivindicar nossa vida, é recuperar o horizonte (RAMOS; SILVEIRA, 2015).

Descolonizar não é retornar ao passado, mas fornecer ao passado um conteúdo presente. Descolonizar é transformar a memória em sujeito histórico. Quanto mais o passado se torna

consciente, maior a possibilidade de gerar o futuro. O verdadeiro sujeito da história não é o passado como passado, mas o presente, porque o presente é aquele que sempre precisa do futuro e do passado (MONTEIRO, 2011).

O Bem Viver preconiza a recuperação do passado para redimir o futuro, amplificando as vozes ignoradas das comunidades e da Mãe Terra. A descolonização implica rejeitar um status quo injusto e recuperar nossa capacidade de olhar profundamente para não ficarmos presos às categorias coloniais que limitam nossa imaginação. Descolonizar é responder às injustiças cometidas contra outros seres (humanos e não humanos), quebrar as falsas barreiras entre a humanidade e o mundo natural, dizer o que pensamos em voz alta, superar o medo de ser diferente e para restaurar o equilíbrio, dinâmico e contraditório que foi quebrado por um sistema e modo de pensar dominantes (FLOR, 2011).

Indígenas em contexto urbano: o caso dos jovens

As famílias indígenas ficam à margem das políticas governamentais, vivendo em áreas de risco e submetidas às condições degradantes do subemprego. Aham-se vinculadas ao mercado de trabalho informal, recebendo pouca assistência das instituições públicas das áreas de saúde, educação e segurança (ALMEIDA, 2008, p. 71).

É sabido que o contexto existencial das comunidades indígenas é marcado por diversos conflitos com a sociedade envolvente. A violência impetrada desde o período da colonização, e que persiste até os dias de hoje, produz desigualdade, preconceito e exclusão social, cujos efeitos são perniciosos na constituição dessas subjetividades. E, ainda que haja diferenças significativas entre o modo de vida dos indígenas nas aldeias e nas cidades, a condição de desigualdade e suas decorrências persistem também ali (TEIXEIRA, 2016, p. 238).

Estudos que compreendam a inserção de indígenas na cidade estão para além da produção acadêmica, buscam promover efetividade nas mudanças através do olhar crítico que a ciência e a práxis que a pesquisa nos convida a realizar permeiam. Conhecer o ambiente e os modos de vida é consideravelmente importante, contudo, é apenas o meio, nem o início, tampouco o fim (ROSA, 2018).

A vida urbana apresenta dificuldades impetradas pelos sistemas de educação, econômico, de saúde, territorial, entre outras, em detrimento das condições de vida do indígena que vive em comunidades e/ou aldeias, pois sabe-se que qualquer experiência de vida traz consigo suas adversidades. Os estudos que articulam essas temáticas permitem subsidiar

reflexões internas e externas aos grupos indígenas, de modo a promover mudanças positivas da realidade desses povos na cidade (FERREIRA; CALEGARE, 2019, p. 76).

As discussões referentes às demandas dos indígenas perpassam pelas questões que envolvem os modos de vida, em sua complexidade, singularidade e pluralidade. O indígena que vive em áreas urbanas, numa condição contínua de luta em busca de minimizar seu silenciamento, busca a afirmação de sua identidade étnica neste espaço de iniquidades (ALMEIDA, 2008).

A visão eurocêntrica relacionada à “descoberta” do Brasil, ademais, sendo uma história contada a partir da lógica e pensamento do conquistador, constrói uma narrativa que reforçou a relação de superioridade do branco em detrimento dos outros povos, criando uma estrutura de preconceito e racismo. De acordo com Almeida (2019, p.17), o racismo estrutural é “uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional.”

A presença dos indígenas em áreas urbanas está alicerçada bem antes de dados censo demográficos, e ainda há muito que se discutir nesta relação simbólica entre urbano/floresta diante dos impactos gerados pelo cenário de julgo aos olhos dos não- indígenas, que causa estranheza ao ponto de deslegitimar seu desejo de viver na cidade, como se precisassem de autorização para isso, poderia ser uma anedota, mas cabe dizer que é pré-conceito (PRADO et al., 2010).

Vivendo em áreas periféricas, desenvolvendo atividades em subempregos, destituídos de direitos, indígenas destacam-se na luta por território, na arte, na potência coletiva. O que parece ser uma oportunidade estar em áreas urbanas, pelos pontos que nos opomos em pautar por se tratar de uma visão de mundo subjetiva, a constituição cidadina carrega inúmeras dificuldades. Dos grupos indígenas que vivem na cidade, os jovens são aqueles que carregam uma ambiguidade porque carregam a responsabilidade da ancestralidade com a necessidade de se afirmar no meio urbano, marcado pela competitividade e pela aparência de sucesso.

A juventude tem dificuldades inerentes a particularidade da sua condição etária de se perceber e entender quais as suas aspirações, sendo indígena, os desafios podem ser ainda maiores no seu processo de subjetivação (MELO, 2012). No entanto, a questão é a faixa etária, mas as regras de sociabilidade estão ancoradas nas relações, sejam amizades, namoros ou matrimoniais, a busca por prazer, desejos afetivos e sexuais, satisfação, alegrias e reciprocidade. Estas condições estão relacionadas com as situações que envolve a saúde mental, que também

está atrelada ao contato e aceitação do outro e/ou de grupos diferentes do seu. O espaço que situa sua experiência de vida são as oportunidades de trabalho e práticas econômicas, num jogo simbólico de poder, os que tem melhores e maiores oportunidades não são os jovens indígenas, implicações morais e intelectuais estão a todo momento fazendo parte do viver indígena em espaços urbanos (MELO, 2012).

As precárias condições sociais e trabalhistas que a população indígena enfrenta há décadas se agravam devido aos problemas econômicos das regiões rurais, o que tem ocasionado o aumento da migração do campo para a cidade. Assim, as contradições, desigualdades e injustiças sociais que estão maximizadas e sintetizadas nas cidades, aparecem aos indígenas de modo explícito, onde a discriminação e pobreza são potencializadas porque o econômico aparece nas suas “veias abertas” (BERNAL, 2009).

Estudos de Melo (2012) indicam que as causas da migração da população indígena rural para as cidades são os processos de globalização e empobrecimento do campo que têm violado cada vez mais as condições de vida dos grupos indígenas. Esta é uma condição para a migração às cidades, se juntando às franjas de espaços urbanos marginalizados, trabalhando em atividades informais de baixa renda e com alta exposição a riscos de todos os tipos.

No campo da saúde, os migrantes de comunidades nativas são os mais mal atendidos em um centro de saúde, indica o estudo, pois quando adoecem e frequentam esses locais não sabem o procedimento que devem seguir para serem atendidos. Quando os migrantes chegam às áreas urbanas, inicialmente ficam na casa de um familiar já radicado na cidade, sua segunda opção é ficar temporariamente na casa de um amigo da mesma região, a terceira em um pequeno apartamento nos bairros populares onde pode viver até seis pessoas e, quando não têm conhecidos, dormem em algum espaço público (ARRUDA, 2003).

A condição e o mercado de trabalho dos migrantes indígenas urbanos são marcados pelo racismo. As atividades em que eles estão mais empregados estão na economia terciária, especificamente nos setores de comércio e turismo. A venda de artesanato é uma atividade característica, seguida da construção civil. A criminalidade é outro dos problemas que mais afligem essa população, além da exposição a riscos, da exploração de que são vítimas e da precarização do emprego (BERNAL, 2009).

A educação é um assunto difícil, pois poucos conseguem terminar o ensino básico. Vários fatores influenciam meninas e meninos a não continuarem seus estudos, principalmente a falta de recursos econômicos (NASCIMENTO, 2014). Um dos problemas que afetam fortemente a população migrante é não ter seguro de saúde para protegê-la contra qualquer

evento infeliz. A proteção à saúde que o migrante adquire por meio do trabalho também não recebe boa atenção dos médicos e sempre faltam instrumentos médicos e medicamentos (ARRUDA, 2003).

A saúde mental e os jovens indígenas na cidade

O Relatório Comportamento, Atitudes e Práticas em Saúde Mental (CAP, 2021), instrumento utilizado para a elaboração de um relatório de estudo sobre a saúde mental e enfrentamento à COVID-19 entre jovens indígenas da Amazônia Brasileira, sinaliza a relevância de ampliar os estudos sobre jovens indígenas e a sua relação com o cuidado à saúde mental.

Os jovens indígenas vivenciam de perto as dificuldades de inserção em escolas predominantemente composta por não indígenas, onde o preconceito e a discriminação que podem ser propulsores de sofrimento mental é uma realidade corriqueira, mas vivida muitas vezes de forma silenciosa e solitária.

Os jovens também relatam preconceitos de não indígenas pelos atributos físicos, cabelo longo e liso, pele morena, baixa estatura. Esses relatos são particularmente intensos entre os jovens que acendem as políticas de inclusão educacional nas últimas décadas e, ao se deslocarem às cidades para realização de atividades próprias da formação, ficam mais expostos à violência e ao preconceito, dificultando a permanência nas instituições de ensino (RELATÓRIO CAP, 2021, p. 128).

Para ressignificar é necessário oportunizar, reconhecendo as condições sociais que o território oferta aos jovens indígenas na cidade, onde as áreas urbanas acabam produzido mais dificuldades para a existência desses indivíduos e suas conexões de vida. A reflexão necessária é sobre os efeitos que o modo de vida urbano produz sobre a vida dos jovens.

Para Bernal (2009, p. 165), a ‘reconformação’ cultural, ocorre nos espaços de ensino e aprendizagem, “à dissolução ou à afirmação da identidade étnica é realizada exatamente no contexto do processo ensino e aprendizagem, quando as experiências, critérios e valores da pessoa estão em fase de formação”. Com isso, podemos pensar nesta reconformação em outros espaços de subjetivação e de vida que o jovem experimente, como a comunidade em que vive, por exemplo, que na maioria das vezes não é formada apenas por indígenas.

Produções científicas como de Bernal (2009), do Estudo CAP (2021) e de Kadri et al. (2021) têm se voltado à abordagem da importância sobre a articulação dos saberes ocidentais, tradicionais e acadêmicos com todos os atores que se debruçam no processo do cuidar de povos reconhecidos como tradicionais. Assim, a crítica ao fazer hegemônico biomédico, como única forma de cuidado válida, se constitui em tarefa do pensamento crítico.

Para garantir o atendimento à saúde do indígena, menciona-se a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, que foi aprovada pela Portaria do Ministério da Saúde n.º 254, de 31 de janeiro de 2002, essa mencionada lei traz dispositivos sobre a assistência do subsistema de saúde indígena, que se limita aos que moram em aldeias e comunidades indígenas, não atendendo os indígenas que moram nas cidades, corroborando ainda mais para a promoção de iniquidades (BRASIL, 2002).

A tarefa de discutir sobre saúde mental no contexto indígena não é simples, pelo contrário, é necessário ampliar o nosso olhar sobre a questão da saúde mental e emocional de jovens indígenas. Desse modo, o conceito de Bem Viver é uma ideia potente para analisar os modos de vida em diferentes contextos. Os jovens que vivem nas aldeias não estão imunes aos problemas relacionados ao modo de vida urbana, pois também tem problemas com drogas, conflitos familiares, preconceito, violências, conflitos geracionais (CAP, 2021). Não resta dúvida que a cidade coloca desafios como a pobreza, escassez de oportunidade de trabalho, educação, saúde e lazer, práticas alimentares adequadas e violências vividas, que negam os direitos de cidadania e igualdade social.

O público jovem tem sido o foco de muitas ações de prevenção e promoção. No entanto, ainda persistem as dificuldades de termos ações que sejam efetivamente intersetoriais e que tragam o debate da interculturalidade para as políticas públicas (SCHWEICKARDT et al., 2016, p.22). Pensar pela ótica da constituição da saúde psíquica ocidental e suas vertentes ao falar sobre saúde mental no contexto indígena urbano é reafirmar o processo de invisibilidade aos povos originários.

Pensar em um atendimento em saúde mental para populações indígenas implica problematizar, necessariamente, quaisquer classificações psicopatológicas rígidas. É preciso considerar que tais classificações foram construídas ao longo de um contexto sócio-histórico-cultural específico, cuja legitimidade do conhecimento biomédico ocidental é tomada como incontestável perante outras referências de explicações dos fenômenos sociais e individuais. Esse é o caso das referências indígenas, que, muitas vezes, são desconsideradas ao se chocarem com o saber médico dominante (BATISTA, 2017, p. 64).

A saúde mental pelos termos dos próprios jovens indígenas não pode passar unicamente pelas ideias de patologização, atrelada ao relato à uma CID ou DSM com as suas respectivas listas sintomatológicas, como a medicina do não indígena propõe. Por isso, é importante uma construção sociocultural e interétnica do cuidado em saúde (CAP, 2021). Compreender as vivências dos jovens em sua integralidade no mundo atual é confrontar barreiras das mais diversas, que podem favorecer o adoecimento frente às iniquidades perpetradas pela simples

existência, considerando que o sofrimento de ordem psicossocial também pode trazer significativos prejuízos.

Há pílulas para conter dores do corpo, da mente, ficar gordo, ficar magro, dormir, acordar, sentir-se alegre, aliviado, concentrado, disposto, enfim, para anestesiarem conflitos e tormentos, a maioria concernentes a condição humana falível de estar no mundo. Para manter o controle de si, diz o sistema aos índios, tome remédio (RODRIGUES, 2014, p. 77).

Privação de direitos, dificuldade no acesso à saúde e educação, violências diversas, extrema pobreza, desemprego, isolamento, desfiliação parental, preconceito, racismo, uso abusivo de álcool e outras drogas, que podem ser agressores à saúde mental e não se pode deslegitimar esses fundamentos ou serem enquadrados nas entranhas no modelo biomédico. Desse modo é necessário considerar os processos mais amplos que envolve a saúde e a doença, as condições reais de existência e cuidado (BERNAL, 2009).

A crise existencial que faz parte, muitas vezes, da fase etária e do autoconhecimento, torna-se abstração na vida concreta, os deixando mais à margem de suas próprias expectativas e dúvidas enquanto jovens, também pode implicar em novos arranjos de vida e de identidade. “Os contextos microssociais jogam conjuntamente um papel crucial no surgimento e na evolução das doenças mentais” (SARACENO, 2011, p. 95). No entanto, para o jovem indígena há outras questões em jogo como o fato de “ser ou não indígena”.

Tensionar políticas de atenção à saúde mental destinadas aos jovens indígenas é também entender que a prevenção e o cuidado ocorrem em diferentes contextos, mesmo que mostrando a incipiência de serviços e o (des) preparo para compreensão do trabalho que transpõe receitas farmacológicas ou tratamentos em espaços como os Centros de Apoio Psicossocial (CAPS), por exemplo, o contexto relacionado a saúde mental de jovens indígenas que vivem em contexto urbano é um fatídico desafio.

Considerações Finais

O conceito de Bem Viver perpassa pelo que costumeiramente entendemos como utopia, das mais vívidas e distintas. No entanto, o que vimos, através dos estudos e referenciais relacionados à temática, é imaginar que existe a possibilidade de um novo mundo, modos de vida e organização social, mas que parece tão distante da nossa realidade. Saindo do contexto indígena andino, deixa de ser apenas um conceito para ser efetivamente a oportunidade de viver bem na melhor concepção da palavra.

Bem Viver é o convite à busca da apreensão que não se faz um mundo outro sem compreender que as relações são baseadas numa horizontalidade, que o capitalismo e o colonialismo não dispõem em seus fundamentos. As relações consigo, com o outro, com seus pares, seus coletivos e com a natureza está pautada na relação de viver e de se relacionar prezando pelo respeito às diferenças, diversidade e, não menos importante, a equidade.

Por parecer uma possibilidade tão distante, o Bem Viver parece inalcançável, como se reconhecer que existem meios seguros, não imutáveis, mas que consideram a participação de todos engajados em propostas de transformações sociais e alternativas sistêmicas que se entremeiam mais uma vez em diversidade. Não existe uma única forma, estática ou que beneficia um único grupo, pessoa ou território, mas uma rica diversidade de modos de vida que se colocam como possíveis outros.

Falar sobre Bem Viver e saúde mental entrelaçados à realidade de jovens indígenas que vivem em contexto urbano não perpassa em mostrar, tão somente, a realidade cidadina, mas perceber que os desafios enfrentados por esse grupo fazem parte de processos mais amplos. A vida de um jovem na cidade envolve múltiplas dimensões como o lugar do urbano, as fronteiras étnicas e identitárias, as expectativas da ancestralidade, os jogos de poder e de domínio. Esses elementos fazem parte do jogo social que a saúde mental e o Bem Viver podem ser interpretados e analisados no caso dos jovens.

Como falar de Bem Viver e alternativas que fomentem a mudança e transformação social num contexto de domínio do capital, na negação das relações entre seres humanos e não humanos? Assim, debater, discutir, ampliar possibilidades, escutar e colocar os saberes ancestrais como uma forma da descolonização do poder, do ser e do pensamento.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 53, 2020.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. **Estigmatização e território: mapeamento situacional dos indígenas em Manaus**/ Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, Glademir Sales dos Santos; autores, Luís Augusto Pereira Lima... [et al.]. - Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/ Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008
- ARRUDA, Rinaldo. Representação e participação indígena nos processos de gestão do “campo indigenista”: Que democracia? **Revista Anthropologicas**, v. 14, n. 1+ 2, 2003.
- BATISTA, Marianna Queiróz. **Saúde mental em contextos indígenas no território brasileiro**: análise da produção bibliográfica e reflexões epistemológicas. 2014. 90 f., il. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- BERNAL, Roberto Jaramillo. **Índio Urbano**: processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/ Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2009.
- BRASIL, 2002. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. – 2ª edição- Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002.
- DILGER, Gerhard et al. **Descolonizar o imaginário: debates pós- extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. 472 p.
- FANON, Franz. **Piel Negra, máscaras brancas**. Madri: Akal, 2009.
- FERREIRA, Mayara dos Santos; CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar. Debates psicopolíticos sobre indígenas em contexto de cidade. **Rev. Polis Psique**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p.72-90, abr. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2019000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 mar. 2022.
- FERNANDES, Sandra Beatriz Vicenci; UHDE, Leonir Terezinha. **Sustentabilidade, Decrescimento, Bem Viver**. Salão do Conhecimento, 2017.
- FLOR, Francisco Hidalgo. Buen vivir, Sumak Kawsay: **Aporte contrahegemónico del proceso andino**. Utopía y Praxis Latinoamericana, v. 16, n. 53, p. 85-94, 2011.
- KADRI, Michele Rocha et al. (orgs). **Bem Viver**: Saúde Mental Indígena. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2021.

KATYHARI, K.; SALLEH, A.; ESCOBAR, A.; DEMARIA, F.; ACOSTA, A. **Pluriverso**: um dicionário do pós-desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2021.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideais para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MELO, Juliana Gonçalves. **O que os índios urbanos pensam sobre a cidade? Que dimensões do urbano revelam suas narrativas?** Interpretações Baré sobre Manaus, Amazonas. Teoria e cultura, Juiz de Fora, 8(1), 115-126. 2012. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/36-encontro-anual-da-anpocs/gt-2/gt07-2/7913-o-que-os-indios-urbanos-pensam-sobre-a-cidade-que-dimensoes-do-urbano-revelam-suas-narrativas-interpretacoes-bare-sobre-manaus-amazonas>. Acesso em 03 de abr. 2022.

MENESES, Michele Neves et al. Um vivenciar espiritual na virtualidade em tempos de pandemia: relato de experiência do centro espiritual Pachamama. In: **Mostra Científica do Congresso Brasileiro de Saúde Integrativa e Espiritualidade**. 2021.

MONTEIRO, Lirian Ribeiro; MCCALLUM, Cecília Anne. A noção de “bem viver” hupd’äh em seu território. **Mundo Amazônico**, v. 4, p. 31-56, 2011.

NASCIMENTO, Silvana Jesus do. **Múltiplas vitimizações**: crianças indígenas Kaiowá nos abrigos urbanos do Mato Grosso do Sul. Horizontes Antropológicos, v. 20, n. 42, p. 265-292, 2014

OLIVEIRA, Inês Barbosa e SGARBI, Paulo. Da diversidade nós gostamos, já que toda unanimidade é burra. **Redes Culturais, Diversidades e Educação**. Rio de Janeiro: DP&A. 2002.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; et al. A construção de silenciamentos: reflexões sobre a vez e a voz de minorias sociais na sociedade contemporânea. In: MAYORGA, C.; PEREIRA, M. S. Psicologia Social: **Sobre desigualdades e enfrentamentos**. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2010.

QUIJANO, Aníbal. **Ensaio en torno a la colonialidad del poder**. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2019.

Relatório do Estudo: **Comportamento, Atitude e Práticas (CAP) e saúde mental e enfrentamento à COVID-19 entre jovens indígenas da Amazônia Brasileira**. Manaus: COIAB; UNICEF; Fiocruz/ILMD-LAHPSA, 2021.

RODRIGUES, Renan Albuquerque. **Sofrimento Mental de Indígenas na Amazônia**. Manaus: Edua, 2014.

ROSA, Marlise; CALEGARE, Marcelo; ALBUQUERQUE, Renan. **Indígenas em Manaus: a manutenção da identidade étnica no meio urbano**. In: Processos Psicossociais na Amazônia: reflexões sobre raça, etnia, saúde mental e educação. Alexa Cultural: São Paulo, 2018.

SARACENO, B. A cidadania como forma de tolerância. **Rev. Ter. Ocup.** Univ. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 93-101, maio/agost.. 2011.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar [et al.]. **Educação e práticas de saúde na Amazônia: tecendo redes de cuidado**. Porto Alegre: Rede Unida, 2016. 316 p. (Saúde & Amazônia; 2).

SOLÓN, Pablo. **Alternativas Sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização/ organização de Pablo Solón**. São Paulo: Elefante, 2019. 224 p.

TEIXEIRA, Lumena Celi, et al. **A Psicologia na produção do bem viver indígena**. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Povos indígenas e psicologia: a procura do bem viver. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. – São Paulo: CRP SP, 2016. 280 p.

VANHULST, Julien et al. Los discursos políticos latinoamericanos sobre el buen vivir (1992-2017). Ayer: **Revista de História Contemporânea**, v. 119, n. 3, 2020.

5.2 Artigo

A SAÚDE MENTAL DE JOVENS INDÍGENAS RESIDENTES NA CIDADE DE MANAUS- AMAZONAS³

Viviane Lima Verçosa

Júlio Cesar Schweickardt

RESUMO

A juventude é uma fase de diversas mudanças físicas, emocionais e sociais. Dentre os principais problemas psicossociais presentes nesta fase vivenciada por jovens indígenas no contexto urbano na cidade de Manaus estão o racismo e preconceito encontrados nos diversos espaços sociais, compreender suas vivências que envolvem a saúde mental e o bem viver foram os norteadores para as aproximações intermediadas pela pesquisa. A metodologia utilizada uma metodologia participativa, implicando uma escuta aberta através de um roteiro de entrevistas aberto, numa relação dialógica e na promoção do encontro solidário e acolhedor. Foram entrevistados 10 jovens indígenas residentes no “Parque das Tribos” em Manaus. Por fim, observamos que a invisibilização dos racismos e da discriminação social podem trazer prejuízos psíquicos, relacionais, individuais e coletivos para o futuro dos jovens.

Palavras-chave: jovens indígenas, racismo, discriminação, preconceito e saúde mental.

ABSTRACT

Youth is a phase of many physical, emotional and social changes. Among the main psychosocial problems present in this phase experienced by young indigenous people in the urban context of the city of Manaus are racism and prejudice found in different social spaces, understanding their experiences involving mental health and good living were the guiding principles for the approaches intermediated by search. The methodology used is a participatory methodology, implying an open listening, in a dialogical relationship and in the promotion of a solidary and welcoming encounter. Ten indigenous residents of “Parque das Tribos” in Manaus were interviewed.

Keywords: indigenous youth, racism, discrimination, prejudice and mental health

³ Artigo a ser publicado em revista científica que será definida após a defesa.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de enfermidade ou doença” (OMS, 2008, p.10). Aponta também a importância da promoção da saúde, prevenção, tratamento e reabilitação dos agravos. Referindo-se especificamente à saúde mental, estabelece-se que “é um estado de bem-estar mental que permite às pessoas enfrentar os momentos estressantes da vida, desenvolver todas as suas habilidades, ser capaz de aprender e trabalhar adequadamente e contribuir para a melhoria de sua comunidade” (OMS, 2022, p.3).

A saúde mental é um elemento fundamental para o bem-estar e o desenvolvimento pleno, pois intervém na capacidade do indivíduo de interagir com o seu meio e permite-lhe gerir adequadamente as dificuldades cotidianas que possa enfrentar. A saúde mental é um processo complexo e mutável, no qual intervêm diferentes circunstâncias ao longo do ciclo vital em que interagem diferentes fatores como os individuais, familiares, sociais e estruturais. A combinação desses fatores pode conferir proteção ao indivíduo ou, ao contrário, afetar a saúde mental. Estar exposto a circunstâncias desfavoráveis, como pobreza ou desigualdade, acarreta um risco maior de sofrer efeitos na saúde mental (OMS, 2022). Entre os grupos sociais com maior risco de sofrer um problema de saúde mental estão os jovens e as populações indígenas (OMS, 2018).

O termo ‘saúde mental’ não é um termo utilizado pelos povos indígenas, portanto, não pretendemos associar qualquer tipo de narrativa e/ou sofrimento relacionadas as vivências dos jovens indígenas no contexto de espaços urbanos, ou definições e reflexões pautadas na concepção do patológico implícitas em algumas áreas da psicologia e da psiquiatria. Porém, abordamos discussões diante das realidades dos jovens indígenas diante de suas experiências na cidade a partir de seus relatos. Mesmo sem uma precisão conceitual coincidente, a saúde mental, como o bem viver de forma geral, se relacionam aos territórios, às formas de integração homem/natureza, a liberdade individual e o respeito as coletividades e seus povos.

Há de se considerar que o discurso anterior que tratava os povos indígenas vivendo em áreas urbanas como minorias, promovendo ainda mais a invisibilização de necessidades e direitos, esse discurso e rótulo os percebendo como em menor número desmantela-se, pois, segundo os dados do Censo Demográfico (2022), Manaus é o município brasileiro com maior número de indígenas vivendo no contexto urbano. O que fortalece a representatividade nos diversos espaços, abre-nos a emergência de olhar para essa realidade e promover mudanças

para o respeito a diversidade e (r) existência destes povos, que trazem a dimensão da importância do coletivo e da natureza horizontalmente relacionando-se.

Com os processos migratórios de povos indígenas para as cidades, os colocou diante de muitas situações que provocam múltiplos processos de vulnerabilização e em contato com concepções de mundo e da natureza diferentes. Por opção ou por necessidade, a chegada à cidade apresenta diversos desafios, tais como: exclusão do mercado de trabalho, dificuldades no acesso à educação e moradia, conflitos por terra, preconceito, racismo, gerando processos de exclusão e barreiras de acesso às políticas de saúde.

O Bem viver, para além de conceito, é uma forma de viver, nos desafia a diálogos e ações efetivas de promoção aos direitos humanos, princípios de cidadania e equidade desses atores e suas coletividades. Quando isto é pensado a partir de experiências por povos indígenas em contexto urbano, os desdobramentos podem ser bem mais delicados e de difícil manejo, pois carregam o estigma de não serem “verdadeiros indígenas” por não morarem em seus espaços de origem, nas aldeias, gerando, ainda mais, processos de invisibilidade e de exclusão. O fato de escolherem a cidade como lugar de vida, são excluídos da política de saúde indígena porque os Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena (DSEI) atendem somente indígenas que vivem em aldeias ou comunidades tradicionais. Do ponto de vista do desenvolvimento humano, sabemos da importância dos direitos essenciais para o fomento da saúde em sua integralidade, e que estão intimamente atrelados aos parâmetros culturais e de bem viver para ter sua condição de saúde resguardada.

O resultado deste estudo desnuda os desafios dos jovens indígenas no contexto urbano, compreendendo seus modos de vida e suas implicações para a saúde mental dos jovens do Bairro Parque das Tribos, localizado na cidade de Manaus/Amazonas. A cidade mais indígena do Brasil, vale ressaltar, como mostrou o Censo de 2022.

A relevância deste resultado de pesquisa, pontua a importância em considerar os desafios e realidades dos jovens indígenas em Manaus, que deixam seus locais de origem, ou que nasceram em Manaus, para vivenciar uma realidade diferente ou um contexto de profunda desigualdade, racismo e exclusão.

Com isso, a produção de conhecimento sobre essa realidade possibilita pensar nas condições de enfrentamento das situações apresentadas pelos jovens e fortalecer uma análise do papel do Estado na garantia de direitos fundamentais. E, em termos acadêmicos, contribuir com o debate sobre este grupo social no contexto da cidade e suas vivências entrelaçadas com a saúde mental e emocional. Ainda há poucos estudos sobre essa temática, destacamos o estudo

realizado pelo LAHPISA, Fiocruz Amazonas (2021) sobre as concepções dos jovens indígenas que vivem em aldeias sobre a saúde mental e o Bem Viver.

O texto foi construído como parte da dissertação de mestrado em Saúde Coletiva e é um recorte de um projeto mais amplo denominado: “Saúde da população indígena em contexto urbano: desafios da atenção primária no município de Manaus”. A pesquisa foi realizada numa perspectiva de integração do Projeto Manaós, que está vinculado ao Laboratório de História, Políticas Públicas e Saúde na Amazônia (LAHPISA/Fiocruz Amazônia), em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Manaus (SEMSA/Manaus), Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SES/AM) e com as organizações indígenas. A pesquisa tem a perspectiva de produzir um conhecimento implicado e comprometido com os povos indígenas.

Métodos

Os resultados coletados e realidade percebida foram produzidas a partir de uma perspectiva de abordagem participativa, implicando uma escuta aberta, numa relação dialógica e na promoção do encontro solidário e acolhedor. Os instrumentos foram disparadores de conversas e foram negociados com os atores e lideranças do local. O artigo é resultado da dissertação de mestrado em saúde coletiva do Programa de Pós-Graduação em Condições de Vida e Saúde na Amazônia (PPGVIDA/ILMD/Fiocruz Amazônia).

O instrumento de coleta de dados foi composto de um roteiro de perguntas semiestruturadas com narrativas livres. Os aspectos que foram analisados foram: idade, gênero, orientação sexual, etnia, nível de escolaridade, inserção no âmbito escolar, relações sociais em diferentes contextos e relações familiares, aspectos relacionados às condições pessoais e emocionais e desafios encontrados na sociedade que fazem parte de suas vivências que afetam a saúde mental.

O roteiro de entrevista semiestruturada foi composto por três bloco, com total de 17 perguntas. 1º Bloco (5 perguntas) com o objetivo de analisar os aspectos das relações sociais em diferentes contextos e relações familiares, 2º Bloco (5 perguntas) identificar as necessidades e aspectos relacionados ao Bem Viver e Saúde Mental no âmbito individual e coletivo, o 3º bloco (7 perguntas) buscou avaliar os aspectos relacionados às condições pessoais, emocionais e desafios encontrados na sociedade que fazem parte de suas vivências que afetam a saúde mental e o Bem Viver. As falas foram analisadas diante das narrativas construídas no diálogo com os jovens, utilizando como referência o roteiro.

A entrevista foi realizada com os jovens indígenas que vivem na Comunidade Indígena Parque das Tribos Bairro: Tarumã, Manaus/AM. Participaram da entrevista 10 jovens, dividido igualmente por sexo, que voluntariamente se dispuseram participar. Todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE.

O projeto mais amplo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, no número CAEE 48611021.5.0000.5020.

A migração ao espaço urbano e o impacto na vida de jovens indígenas

Segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2022), o estado do Amazonas tem o maior número de pessoas indígenas vivendo em seus territórios, sendo 490.854 pessoas, e Manaus é a capital com maior número indígenas vivendo em área urbana, com um número expressivo de 71.713.

A migração é uma realidade e com ela a possibilidade de reconhecer que estas pessoas não podem mais serem vistas e rotuladas como ‘minorias’, nunca deveriam, mas os dados populacionais podem ser norteadores para emergir um olhar sem estigmas, de pertencimento e respeito efetivo, além de ser um direito fundamental previsto na declaração universal dos direitos humanos, da qual o Brasil é signatário. Os indígenas, uma vez instalados na cidade, lidam com a rejeição causada pelos estereótipos com os quais a cultura urbana os concebe. Chocam diariamente com a incompreensão das instituições e dos espaços públicos, quanto ao valor da sua língua e dos seus costumes; algumas instituições relutam em reconhecer as diferenças e corrigir as desigualdades naquele contexto em que as péssimas condições em que vive a população indígena urbana a mantém em defasagem econômica, discriminada e segregada.

Analisando esta situação a partir de Nascimento e Vieira (2015), a estrutura governamental não elabora políticas públicas que possam amparar os povos indígenas que vivem em contexto urbano, com intenção de mantê-los invisíveis e, de alguma forma, silenciados.

Os indígenas já estabelecidos na cidade, muitas vezes, trabalham e vivem em condições precárias de trabalho e moradia: vivem em bairros periféricos, via de regra, sem acesso a serviços; retardam sua inserção no mercado de trabalho ou acessam postos de trabalho sem nenhum tipo de segurança. Nesse contexto, os jovens abandonam a escola precocemente para contribuir com a renda familiar. Essas condições também levam ao fracasso escolar

significativo nos casos em que as crianças indígenas frequentam a escola. Além disso, as condições estruturais somam-se aos institucionais, notadamente a discriminação institucional, ou seja, os mecanismos, valores e práticas que se desenvolvem a partir das instâncias públicas e que sustentam tratamento diferenciado aos indígenas, tornando assim difícil para eles se integrarem efetivamente nas cidades. “É o racista que cria o inferiorizado” (FANON, 2008).

Desde a década de 1970, a inserção dos povos indígenas no mundo urbano vem criando bases materiais e culturais que permitem a recriação étnica e a produção de identidades, de tal forma que as cidades brasileiras se tornaram um cenário onde indígenas e não indígenas são culturalmente interligados, social e economicamente, e onde se encontram em espaços independentes atravessados por relações de exclusão e desigualdade (OLIVEIRA, 2019). Para analisar a vulnerabilidade social e a discriminação nos espaços urbanos, enfatiza-se o caráter de construção social dessas categorias, ao invés de focar em visões étnico-raciais. O debate atual sobre a vulnerabilidade social a coloca como um processo que passa por diferentes momentos, desde a inclusão social até a profunda marginalidade e desfiliação.

A produção da vulnerabilidade está no meio do caminho e se caracteriza pela conjugação da falta de trabalho com o isolamento relacional. Portanto, ser excluído não é apenas um problema econômico, pois implica no rompimento de uma rede de relações, uma rede de pertencimentos, inscrições e recursos socioafetivos. O processo de vulnerabilidade social pode ser marcado —entre outras questões— por uma atitude discriminatória. A discriminação é um processo que põe em jogo forças sociais, culturais, políticas e econômicas, produzindo e reproduzindo desigualdades estruturais. Para pensar a discriminação contra a população indígena, é fundamental considerar a identidade e a alteridade. São duas faces da mesma moeda, pois nenhum grupo se percebe e se define senão por oposição à forma como percebe e define o outro. Neste sentido, a identidade não é previamente determinada pela origem e pertença estritamente étnica, mas situa-se a partir da consciência e da vontade dos homens (OLIVEIRA, 2019). A intolerância é colocada como um mecanismo psicológico de autoafirmação do grupo social percebido como diferente, pois a identificação da diferença no outro é uma forma de assegurar a própria identidade.

Nesse caso, é de especial interesse analisar como os processos de discriminação e exclusão, vivenciados pela população indígena, são tratados pelas políticas públicas e seus programas estatais. Entendemos política pública como um conjunto formado por um ou vários objetivos coletivos considerados necessários (ou desejáveis) e que são construídos com a participação dos cidadãos ou de organizações públicas e privadas, que moldam as decisões e

ações do governo para modificar uma situação problemática (ALBUQUERQUE, 2020). Entre os principais instrumentos internacionais que podem dar sustentação e legitimidade às políticas públicas voltadas para a população indígena estão a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada em 1989 e aprovada pelo Congresso mexicano em 1990; também a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006. Esta última afirma a igualdade em dignidade dos povos e reconhece o direito que tem de serem diferentes uns dos outros e respeitados pelos demais.

Em 2018, no encontro da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), Marcos Terena cita o cacique Enio Mertelo do povo Tereno com a seguinte frase: “Eu posso ser quem você é, sem deixar de ser quem eu sou”, destacando que ser indígena não limita sua vida material e/ou intelectual. Ou ainda, buscando uma análise, indígenas podem ser o que quiserem ser e estarem em qualquer lugar que queiram estar, isso não os fará menos indígenas ou destituídos de sua identidade e ancestralidade (TERENA, 2018).

Por outro lado, a globalização e a abertura do campo no país têm prejudicado as condições de vida dos indígenas, obrigando-os a migrar para as cidades e a se instalar em franjas urbanas marginais, tanto para produção e trabalho, quanto para a vida doméstica. O sistema social de discriminação é historicamente baseado na exclusão, expulsão e exploração dos povos indígenas. Isso foi verificado por estudos sociais que mostraram a magnitude do fenômeno migratório dos indígenas para as grandes cidades.

Os informantes 2, 3, 5, 6, 7 e 8 afirmam que a inclusão do indígena na sociedade no contexto urbano é muito difícil:

A gente indígena não é porque nós somos indígenas que nós somos todos iguais, nós não somos todos iguais, mas nós somos de classes iguais, então eu acho que é bom, tem pessoas indígenas que recebem críticas e tem pessoas que não, que já tão acostumado, os não indígena já tem aquela curiosidade de saber como é a cultura, como a gente vive, então isso é bom pra gente, que eles tão notando a realidade que a gente tá passando, de onde a gente veio, da nossa cultura, então isso virou uma curiosidade pra eles, então eu acho que agora já é bom (Informante 3).

Olha, acho que hoje tá até mais aceitável, mas a gente vê muito a questão do preconceito, eu vejo muito isso, em redes sociais, em rodinhas de amigos, eles falam na brincadeira, mas não deixa de ser preconceito, mas a gente tenta não levar isso tão a fundo, a gente deixa passar (Informante 5).

Eu entendo que eles ainda não aceitam completamente, porque na cabeça deles o indígena não tem direito a nada, não tem direito de ler e escrever, tem que viver no mato, aí isso ainda é uma coisa que não sumiu na sociedade (Informante 6).

Pelo meu conhecimento, eu acho que os indígenas deveriam ter mais valorização, porque tem muito racismo, muita discriminação, eu acho que deveriam ter mais respeito, mais consideração pelos indígenas. Tem muita gente que é assim, que faz *bullyng*, né (Informante 7).

O informante 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 disse conhecer a expressão Bem-Viver. Já o informante 3 declarou que já passou por algum conflito, sofrimento intenso ou problemas de relacionamento. E que busca apoio na sua família:

Eu converso com o meu irmão, as vezes ele não quer saber, mas eu chego e insisto e ele me dá conselhos, então eu tenho a (---) também, e tem meu primo, e às vezes eu falo com a mamãe coisas mais íntimas (Informante 3).

Um fator que pode contribuir para o aumento das iniquidades é a falta de compreensão dos formuladores de políticas públicas e implementadores de programas, sobre como as populações mais afetadas as concebem. Esta ignorância pode levar a uma orientação inadequada de promoção local, programas de prevenção e atenção em torno de questões prioritárias da perspectiva dos povos, culturalmente descontextualizada, inoportuna e até prejudicial na preservação de valores, saberes e práticas antigas.

A vulnerabilidade que esses povos têm diante do conflito e das dinâmicas de mercado promovidas pelo próprio Estado ameaçam sua autonomia e direitos consagrados na constituição (SALDANHA, 2023). No entanto, há um elemento forte do racismo estrutural que naturaliza o indígena, colocando-o literalmente no “mato”, considerado como parte da natureza de onde não deveria ter saído. Esses que optaram de viver na cidade, sofrem dupla, tripla, múltipla exclusão, sendo excluídos de sua própria terra e colocadas no “mato”. Nesse sentido, a estrutura social que adoce as pessoas, que exclui, que coloca limites dos seus modos de ser. Como mudar uma estrutura social e institucional? Eis um desafio a ser encarado.

As migrações ocorrem, muitas vezes, pela busca por uma melhor qualidade de vida, com oportunidade de melhores escolas, empregos e condições de vida que possam trazer melhorias para suas existências.

Onde eu morava era um pouco dificultoso. A mamãe pagava aluguel, pagava água, era muito difícil, tirar o pouco do nosso rancho, o pouco que a gente tinha. Então era muito ruim. Aí a titia expôs pra cá, fez essa proposta pra gente morar pra cá. O antigo cacique, o cacique Messias, expôs uma proposta pra mamãe e ela aceitou e até agora a gente tamo aí, graças a Deus. Aí é bem diferente, a gente não paga aluguel, mas a gente paga luz, mas dá pra tirar um pouquinho do rancho (Informante 3).

Atualmente, não pagar aluguel ajuda essa família na contenção de gastos e no controle das despesas. O que nos ajuda a compreender a dimensão da necessidade do território para uma condição de vida que permita viver com um pouco mais de dignidade para que se tenha o mínimo necessário. Direito ao território ainda é um grande desafio aos povos indígenas, seja em seus territórios de origem ou nas aldeias.

Nesta perspectiva, Silva (2013) aponta sobre as diversas motivações que estimulam os deslocamentos, compreendendo “o desejo de melhorar de vida e de emprego, a reunificação familiar, as desigualdades nos níveis de desenvolvimento, as carências de capital humano e conhecimentos, a curiosidade, entre outros”.

A comunidade Parque das Tribos, desde o ano da sua fundação em 2014, passou por diversas situações de reintegração de posse, expondo ainda mais os moradores daquele território a situações de violências, vulnerabilização e condições sociais precárias.

Observou-se que os indígenas no Parque das Tribos vivem sua identidade indígena com ambiguidade, pois sentem orgulho de seu pertencimento étnico. No entanto, devido aos preconceitos e estigmas presentes na sociedade brasileira e em diversos contextos, eles passam a experimentar sentimentos de vergonha, algumas vezes preferem esconder de outras pessoas suas origens, para não sofrer preconceito. Da mesma forma, examinam-se as preocupações dos adolescentes face às novas tecnologias, bem como os costumes e gostos do que são consideradas práticas globais típicas dos jovens. Embora haja abertura e valorização dessas práticas, eles se preocupam com o que elas podem representar para suas comunidades. Por outro lado, este estudo mostra que, em termos de educação, os jovens indígenas enfrentam dilemas sobre a relevância de permanecer na escola ou abandonar e conseguir um emprego, pois questionam os benefícios futuros que a educação pode oferecer a eles.

A escola apresentou-se como um ambiente hostil para a maioria dos entrevistados, que relataram situações de racismo, discursos de ódios, preconceito e exclusão. Além da dificuldade no acolhimento por profissionais que expunham suas dificuldades quando vinham de comunidades indígenas, que fatalmente tinham pouca habilidade de falar e escrever na língua portuguesa, por viverem parte de suas vidas em áreas indígenas. A língua materna ainda é a mais falada em muitos territórios indígenas, dificultando a inserção dos indígenas nos espaços coletivos urbanos, especialmente na escola, que o jovem precisa socializar-se, e encontra barreiras e desemparo. Os jovens indígenas expressam conflitos relacionados à identificação e garantia dos direitos que, como cidadãos, lhes correspondem.

O Relatório Comportamento, Atitudes e Práticas em Saúde Mental (CAP, 2021), instrumento utilizado para a elaboração de um relatório de estudo sobre a saúde mental e enfrentamento à COVID-19 entre jovens indígenas da Amazônia Brasileira, sinaliza a relevância de ampliar os estudos sobre jovens indígenas e a sua relação com o cuidado à saúde mental.

Os jovens indígenas vivenciam de perto as dificuldades de inserção em escolas predominantemente composta por não indígenas, onde o preconceito e a discriminação que podem ser propulsores de sofrimento mental é uma realidade corriqueira, mas vivida muitas vezes de forma silenciosa e solitária.

Os jovens também relatam preconceitos de não indígenas pelos atributos físicos, cabelo longo e liso, pele morena, baixa estatura. Esses relatos são particularmente intensos entre os jovens que acendem as políticas de inclusão educacional nas últimas décadas e, ao se deslocarem às cidades para realização de atividades próprias da formação, ficam mais expostos à violência e ao preconceito, dificultando a permanência nas instituições de ensino (RELATÓRIO CAP, 2021, p. 128).

Há um sentimento de revolta entre os jovens indígenas devido aos estereótipos representados na mídia, e eles reivindicam o direito de manter suas tradições sem estigmas ou preconceitos, bem como o direito de serem ouvidos e de participar ativamente das decisões. As condições a que estão expostos, como alta marginalização, pouco acesso à educação, discriminação, sentimentos de vergonha pelos estigmas, falta de espaços de participação social, entre os diversos fatores mencionados anteriormente, promovem e mantêm jovens socialmente desfavorecidos que impedem pleno desenvolvimento de sua saúde mental/emocional.

Ao enfrentar esses problemas estruturais, correm o risco de adotar mecanismos de adaptação que afetam sua saúde mental, como o uso de substâncias lícitas e ilícitas. Da mesma forma, a exposição constante aos estressores sociais citados anteriormente favorece sentimentos de desesperança, frustração, desamparo, sentimentos de incapacidade e inadequação, vergonha, entre outros. Embora existam informações sobre os diversos fatores de risco em que se desenvolvem os jovens indígenas e que interferem no pleno gozo de sua saúde mental, há pouca informação sobre a prevalência de problemas de saúde mental em jovens indígenas, bem como sobre o impacto dos fatores de risco na presença desses problemas.

Como resultado global, verifica-se que a maior prevalência de consumo de álcool em jovens indígenas entre 18 e 21 anos no Brasil está associada a ser homem e o abandono escolar. O resultado da associação significativa com esses fatores concorda com vários estudos (CDC,

2022). Alguns estudos sugerem que o consumo de tabaco e outras drogas é maior na população indígena (HERIS et al., 2021).

A violência estrutural e os jovens indígenas na cidade de Manaus

O conceito de violência estrutural foi introduzido pelo sociólogo Johan Galtung em 1969, que buscou uma definição mais ampla de violência usando o que chamou de "triângulo da violência". Esse triângulo é formado pela violência direta, violência estrutural e violência cultural ou simbólica. Em linhas gerais, a violência direta refere-se ao que é comumente reconhecido como violência em termos de abuso físico e psicológico, entre outros. No caso da violência estrutural, faz-se referência às estruturas que promovem a injustiça social que impede a satisfação das necessidades básicas. Por outro lado, a violência cultural diz respeito a aspectos culturais que buscam justificar a violência direta e estrutural (GALTUNG, 1969).

Vale a pena destacar que qualquer tipo de violência vem associada à violência psicológica, visto que qualquer tipo de violência em si provoca sofrimento, adoecimento, exclusão, entre tantos outros fatores que acompanham os alicerces de sofrimentos psíquicos e emocionais. Ainda que saúde mental não seja um termo utilizado pelos povos indígenas, violências são 'terra fértil' o sofrimento, para o adoecimento mental e emocional, e os diversos tipos de violências podem estar presente em qualquer realidade, etnia e/ou território.

A violência estrutural refere-se à opressão sistemática relacionada ao racismo, à pobreza e ao sexismo. Na presença de violência estrutural, os recursos não são distribuídos uniformemente. O poder de distribuir recursos está concentrado em poucos, de forma que a renda é desigual, assim como a educação, trabalho e saúde são acessíveis apenas a alguns grupos. Essas dimensões estão fortemente ligadas na estrutura social. O conceito de violência estrutural é extremamente importante para entender que não é apenas a violência direta que atinge as pessoas ou sociedades, mas que existem mecanismos institucionais que exercem violência sobre elas. Busca explicar como a pobreza, a injustiça social, a desigualdade e a exclusão não são produzidas apenas pelas relações econômicas, mas também a opressão política, que se manifesta através da discriminação institucional, intervém da mesma forma, entre outras ações que impedem o pleno desenvolvimento das capacidades dos indivíduos ou das sociedades.

Por outro lado, o antropólogo médico Paul Farmer (1996) retomou em sua obra o conceito de violência estrutural. Farmer realizou pesquisas sobre epidemias transmissíveis,

como HIV, tuberculose e violência econômica no Haiti. Por meio desse conceito, buscou entender e abordar as iniquidades em saúde em seus estudos. Da mesma forma, estabelece que, para realizar uma análise tendo como referencial a violência estrutural, esta análise deve ser geograficamente ampla e deve ser revista levando em consideração a relevância que a história da população específica em análise implica. Nesses estudos, ele determinou que essas epidemias são fortemente influenciadas por estruturas socioeconômicas violentas.

A violência estrutural impacta negativamente a vida dos jovens indígenas moradores da cidade de Manaus, já que esses jovens muitas vezes possuem seus direitos não atendidos e não possuem espaço para a realização de suas manifestações culturais, além de todas as dificuldades de acesso como oportunidades de trabalho, escola e saúde. Melo (2012, p. 13) considera que um dado importante a notar é que o número de jovens indígenas em Manaus é cada vez maior. O que nos convida a refletir sobre essa realidade. A juventude tem dificuldades inerentes a particularidade da sua condição étnica de se perceber e entender quais as suas aspirações, sendo indígena, os desafios podem ser ainda maiores no seu processo de subjetivação.

Vivendo numa sociedade segregadora e preconceituosa, a língua materna, que historicamente sofreu para sobreviver, ainda é silenciada atualmente. Segundo Bernal (2009, p. 167) “grande parte dos jovens entende a língua materna, mas tem medo de se expressar nos espaços privados e públicos, de tal maneira que acabam utilizando apenas o português”. Nas narrativas coletadas, os jovens discorreram sobre as dificuldades em falar na língua portuguesa, e situações em que se sentiram constrangidos por não conseguirem falar como os não-indígenas. O que gera muito desconforto e sofrimento, onde são mais uma vez silenciados.

Outro ponto em debate quando se trata desta faixa etária, está alicerçado nas relações, sejam amizades, namoros ou matrimoniais, a busca por prazer, desejos afetivos e sexuais, satisfação, alegrias e reciprocidade, favorece ou desfavorece a condição de saúde psíquica, que também está atrelada ao contato e aceitação do outro e/ou de grupos diferentes do seu. Aceitação é uma condição que se busca e faz parte da condição humana. Um espaço que cidadaniza sua experiência de vida são as oportunidades de trabalho e práticas econômicas, num jogo simbólico de poder, os que tem melhores e maiores oportunidades não são os jovens indígenas, implicações morais e intelectuais estão a todo momento fazendo parte do viver indígena em espaços urbanos (MELO, 2012).

As precárias condições sociais e trabalhistas que a população indígena enfrenta há décadas se agravam devido aos problemas econômicos das regiões rurais, o que tem ocasionado o aumento da migração do campo para a cidade e com isso a exposição dos indígenas a

exclusão, discriminação e pobreza que são potencializadas no ambiente urbano (BERNAL, 2009).

Estudos de Melo (2012) indicam que as causas da migração da população indígena rural para as cidades são os processos de globalização e empobrecimento do campo que tem violado cada vez mais as condições de vida dos grupos indígenas, forçando-os a migrar para as cidades e se juntam às franjas de espaços urbanos marginalizados, trabalhando em atividades informais de baixa renda e com alta exposição a riscos de todos os tipos.

No campo da saúde, os migrantes de comunidades nativas são os mais mal atendidos em um centro de saúde, pois quando adoecem e frequentam esses locais não sabem o procedimento que devem seguir para serem atendidos. Quando os migrantes chegam às áreas urbanas, inicialmente ficam na casa de um familiar já radicado na cidade, sua segunda opção é ficar temporariamente na casa de um amigo da mesma região, a terceira em um pequeno apartamento nos bairros populares onde podem viver até seis pessoas e, quando não têm conhecidos, dormem em algum espaço público (ARRUDA, 2003).

A condição e o mercado de trabalho dos migrantes indígenas urbanos são marcados pelo racismo. As atividades em que eles estão mais empregados estão na economia terciária, especificamente nos setores de comércio e turismo. A venda de artesanato é uma atividade característica, seguida da construção. A criminalidade é outro dos problemas que mais afligem essa população, além da exposição a riscos, da exploração de que são vítimas e da precarização do emprego (BERNAL, 2009).

Em geral, essa população passa por condições de trabalho precárias, sofrendo maus tratos por parte dos empregadores, salário abaixo do mínimo, exploração laboral, humilhação e falta de seguro de vida no trabalho. Apesar de tudo, os migrantes correm riscos, pois consideram que em seus lugares de origem a situação é ainda pior. Os empregos que acessam não cobrem nenhum serviço de saúde ou aposentadoria, não têm contrato, são mal pagos e cobrem longas jornadas de trabalho (ARRUDA, 2003).

O que se tem feito tratando-se de povos indígenas no Brasil nos últimos anos

O ano de 2021 foi marcado pelo aprofundamento e dramática intensificação da violência e violações contra os povos indígenas no Brasil, após uma pandemia mundial em que foi negado o direito à água potável pelo então presidente da república. A pandemia da COVID-19 desnuda

as desigualdades sociais, e lá estão os povos indígenas, mais uma vez diante do abandono do Estado.

O aumento das invasões e ataques contra comunidades e lideranças indígenas, bem como o agravamento dos conflitos, refletem nos territórios o ambiente institucional de ofensiva aos direitos constitucionais dos povos originários. É o que aponta o relatório *Violência contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2021*, publicação anual do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (GONÇALVES et al., 2021).

O governo Bolsonaro manteve como diretriz a paralisação de todas as demarcações de terras indígenas e a omissão absoluta em relação à proteção das terras já demarcadas. O ponto de vista desta política indigenista significou o aprofundamento de uma situação que já era violenta e chocante.

O contexto geral de ataques a territórios, lideranças e comunidades indígenas está relacionado a uma série de medidas do Poder Executivo que facilitaram a exploração e apropriação privada de terras indígenas e à atuação do próprio governo e de sua base aliada no Legislativo para aprovar leis que possibilitassem o desmantelamento da proteção constitucional aos povos indígenas e seus territórios.

É o caso de medidas como a Instrução Normativa nº 9, publicada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 2020, que permitiu a regularização de propriedades particulares em terras indígenas não homologadas; ou a Instrução Normativa Conjunta da FUNAI e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) que permitiu em 2021 a exploração econômica de terras indígenas por associações e organizações de “composição mista” entre indígenas e não indígenas (BRASIL, 2020). Vale ressaltar que estiveram à frente do órgão (FUNAI) durante os quatro anos do governo Bolsonaro, militares que não tinham qualquer vinculação com povos tradicionais, substituindo em muitos municípios, indígenas que estavam no lugar de liderança e efetivamente envolvidos com as causas indígenas.

Na mesma linha, há propostas legislativas como o Projeto de Lei (PL) 490/2007, que inviabiliza novas demarcações e abre terras já demarcadas à possibilidade de exploração econômica por terceiros, ou o PL 191/2020, de autoria do próprio governo, que visava regularizar a mineração em terras indígenas.

Esse conjunto de medidas promoveu um clima de confiança entre os invasores para expandir suas ações ilegais dentro das terras indígenas. Nas minas, por exemplo, houve um grande investimento privado na ampliação das condições de infraestrutura. Por outro lado, os

invasores aumentaram o desmatamento para abrir áreas para pastagens ou grandes plantações, enquanto caçadores, pescadores e madeireiros intensificaram suas incursões nos territórios.

As iniciativas para a aprovação desses projetos, o contexto da ofensiva contra seus direitos e o agravamento da situação nos territórios motivaram fortes mobilizações dos povos indígenas em todo o país, com dois grandes acampamentos nacionais que aconteceram em Brasília durante o ano de 2021, e ocorre anualmente, o Acampamento Terra Livre (ATL), que acontece desde 2014, sendo a maior Assembleia dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, que tem levantado pautas em prol de suas coletividades, e necessidades que tornam-se gritos de luta.

O processo de migração causa problemas para os migrantes indígenas, que se deparam com uma modernidade alheia à sua identidade e com um espaço da cidade que os obriga a incorporar seus filhos ao sistema de ensino básico, sem que esse sistema (nem escolas, nem professores, nem cartilhas educativas) seja adequado para respeitar e reforçar tanto a identidade das crianças e jovens indígenas quanto seu senso de comunidade. É importante avaliar o sistema de educação básica dos municípios que recebem essa população, por meio de uma análise da infraestrutura, recursos técnicos e humanos que as escolas dispõem para assumir tal responsabilidade. Ao mesmo tempo, devem ser estudados os processos educativos pelos quais passam as crianças e jovens indígenas, já que há um número considerável deles que abreviam os estudos, pelo que é urgente elucidar quais são as causas que podem estar associadas ao alto índice de abandono.

Em 2023, já no governo Lula, assume a primeira Ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, que tem um amplo trabalho à frente dos povos indígenas, o que amplia o sentimento de esperança e esperar, parafraseando Freire, já que no primeiro semestre de atuação, o atual presidente e a atual ministra, assinaram a demarcação definitiva de seis terras indígenas em seis diferentes estados do país. Direito ao território é direito à vida, seja em terras demarcadas ou nas zonas urbanas, ter onde viver é direito essencial, é promoção da saúde e prevenção ao adoecimento, promoção de justiça social e equidade.

A escola e a violência institucional na vida dos jovens indígenas que vivem na cidade

A educação inclusiva para os povos indígenas ainda não é uma realidade no Brasil. É preciso que haja uma expansão no território nacional de uma modalidade educacional multicultural e bilíngue; ou seja, que acolhe e promove as diferentes culturas do país. O objetivo

dessa educação é preservar a diversidade cultural e linguística do país e, ao mesmo tempo, respeitar os direitos humanos das diferentes etnias brasileiras (DA SILVA et al., 2020).

Obviamente que tratar desta questão no âmbito de cidade, há exemplo do nosso território de estudo amplamente multiétnico é um grande desafio, como o Parque das Tribos, que apresenta 35 etnias diferentes com realidades distintas, mas, o que se assemelha nas falas dos jovens, independente da etnia, quando questionados já no primeiro bloco de perguntas, um discurso coletivo de 09 dos 10 entrevistados, foram situações diversas de preconceito e racismo vivenciados no espaço escolar. O único informante que não vivenciou racismo na escola, foi o que morou boa parte de sua vida em aldeia e estudou em escola predominantemente indígena.

No que tange a condição de escolas no espaço citadino, os professores ou grupos de gestão escolar devem ampliar temáticas sobre a diversidade e identidade cultural em momentos de integração nesta dinâmica de socialização dada a experiência de jovens indígenas que viveram em comunidades e aldeias, conferindo a língua materna como principal meio de comunicação verbal, o que acaba sendo aos jovens e aqueles que migram para a cidade mais um desafio a ser encarado na vida urbana.

Promover equidade, precisa ser trabalhado para além do pensamento, compreender a emergência de se criar estratégias efetivas que acolham pessoas que viveram e tem realidades distintas, seja no seu modo de vida, cultura, aprendizado ou quaisquer coisas que os diferencie.

As barreiras de acesso ao conhecimento e aprendizado acabam sendo para além da linguagem, muitas vezes, fortalecendo situações de iniquidades. Recordo-me quando, numa conversa com uma liderança indígena que mora na aldeia em que trabalhei por cinco anos, pautava o diálogo fazendo uma crítica ao material escolar de educação artística que os alunos recebiam para aprender sobre artes, os livros sugeriam uso de esquadros e compassos, uma metodologia aquém para ser trabalhada com ensino aos povos indígenas, enquanto sabemos que uma forte característica de muitos povos tradicionais é a arte, o trançado, as tintas feitas com produtos naturais, como jenipapo e urucum, pintura corporal, cestarias, cerâmicas, tapetes e artesanatos trabalhados manualmente, entre tantas outras formas de expressão artística.

A (in) capacidade de ensino atrelado aos valores culturais e ancestrais nos materiais e referenciais de estudos, quando no caso relatado acima, discorremos sobre uma situação em terras indígenas, imaginemos num ambiente de ensino que se tem uma premissa de urbano, civilizatório e homogeneização cultural. Ampliando a invisibilidade dos diversos saberes e recursos tradicionais, até mesmo em áreas que os indígenas são protagonistas, como a arte.

A informante 3 disse que o ingresso na escola foi um pouco difícil, pois a escola que se matriculou não se identificava com a cultura indígena, assim ela declarou:

Foi mais ou menos, né? Porque tem pessoas que não se identificam indígena, por medo de falar ou por medo de receber alguma crítica, ou algum preconceito. Então, eu fui muito diferente, onde eu cheguei, onde eu chego eu falo que sou indígena, então eu demonstro o que eu tenho que demonstrar, que eu tenho a minha cultura e a minha realidade de onde eu vim. Então na escola eu sempre disse que eu era indígena, mas sim, eu recebia as críticas, preconceito, não era muito bom. Às vezes, as pessoas bagunçam, fazem aquela brincadeira, mas às vezes elas não sabem o quão vai ferir na gente, então elas não percebem, mas a gente sim, porque a gente veio daquela realidade, daquela cultura. Então pra mim foi mais ou menos. Pra mim foi bom, mas ao mesmo tempo não foi bom (Informante 3).

Essa fala da informante mostra que o preconceito cultural é uma realidade dentro das escolas regulares na cidade de Manaus, levando ao sofrimento e a angústia. Em contraposição ao dado populacional do IBGE (2022), onde pontuamos como discorrido neste resultado de pesquisa, Manaus é a capital com maior número de indígenas vivendo na cidade em comparação ao restante do país. É preciso que as escolas juntamente equipes multidisciplinares com psicólogos e assistentes sociais deem apoio tanto à escola quando aos jovens para que seja possível as instituições educacionais desenvolverem uma educação intercultural e antirracista.

Enxergar criticamente que não somos iguais, partindo deste pressuposto para que a escola não seja mais um espaço perpetrado por opressores e oprimidos, aniquilando a ideia de igualdade e por isso precisamos de respeito mútuo, o que confere um grande equívoco, visto a vastidão de culturas, de raças, cores, realidades, etnias e crenças, transpor essa visão reducionista nos condiciona a perceber que somos diferentes, e o respeito deve ser premissa de qualquer relação, em qualquer âmbito, para quaisquer outros.

Existem múltiplas definições do termo inclusão, seu uso é profuso e muitas vezes confuso, por isso é importante esclarecer o significado com o qual é utilizado em nossa pesquisa. Para falar de inclusão é preciso referir-se à exclusão porque a primeira é consequência do reconhecimento da existência da segunda e da importância de intervir para atender os excluídos (DOS SANTOS, 2021). Então, quem são excluídos? Populações de áreas rurais remotas, populações indígenas, pobres, minorias linguísticas e religiosas, pessoas com deficiência, cada pessoa que se diferencia das demais e - por isso - pesa sobre elas um estigma social.

Os sentidos de inclusão vinculados às possibilidades de escolarização fazem parte das diferentes visões sobre os motivos e conquistas que se perseguem por meio da educação formal. Isso é mais significativo se pensarmos na escola básica. Além disso, implica reconhecer que

inclusão e exclusão são categorias analíticas que, em certas ocasiões, não dão conta da complexidade das trajetórias socioescolares reais dos sujeitos, que se apropriam dos espaços acadêmicos de formas particulares, e a partir de bases desiguais e diversas condições de existência.

No caso particular dos povos indígenas, isso também se relaciona com as tensões entre as expectativas de inclusão e as de distinção. Assim, exigem inclusão em sua diversidade, em sua particularidade, com sua bagagem cultural e linguística e conhecimentos prévios, e não sob a condição de abandono de suas culturas. Esta forma de conceber a inclusão, que não implica a superioridade de um grupo -inclusivo- sobre outro -a ser incluído-, mas um diálogo entre culturas é o que decidimos chamar de inclusão em termos interculturais.

Essa forma de entender a inclusão é baseada na ideia de diálogo, característica central no conceito de interculturalidade entendida como um encontro de autopoiese de culturas, de convivência e comunicação entre elas (DOS SANTOS, 2021). Assim, a interculturalidade - em sua concepção crítica- requer a transformação de estruturas, instituições e relações sociais, além disso, requer a construção de condições de ser, estar, pensar, conhecer, aprender, sentir e viver os outros.

Nesse sentido, a escola brasileira, por sua origem colonial ainda tem desafios importantes para produzir a inclusão em termos interculturais. Isso não está relacionado às estatísticas de renda, mas às possibilidades de diálogo intercultural que elas não conseguem gerar por continuar respondendo à lógica ocidental. A ideia de diálogo permite pensar, ainda que utopicamente, numa inclusão que não é só um caminho: de quem inclui a quem “deveria” ser incluído; mas em vários sentidos que implicam incluir e incluir a nós mesmos. Além disso, é preciso considerar a possibilidade de pessoas “excluídas” não quererem sê-lo, em termos externamente considerados adequados. Por isso, torna-se importante poder pensar uma inclusão que signifique um diálogo entre culturas ou setores sociais ao invés de uma inclusão acrítica, que supõe a superioridade de um grupo -inclusivo- sobre outro -a ser incluído-.

O momento mais desafiador do processo de aplicação da pesquisa foi falar do preconceito e do racismo, quando, na última troca com um dos entrevistados, pergunto se querem fazer alguma pergunta ou se resta uma dúvida. Um deles fala rapidamente que deseja fazer uma pergunta, mas demora para formulá-la, acostumada com o silêncio que diz muita coisa na minha prática profissional. Aguardo tranquilamente, por aproximadamente 10 minutos, quase uma eternidade para quem espera fora do espaço psicoterapêutico, mas complacente com a situação e o entrevistado, me remeteu aos 5 anos de saúde indígena em que esperava por

meses até que o vínculo fosse efetivamente estabelecido, vínculo tão necessário para o acompanhamento de uma profissional de psicologia. Pois bem, passados muitos minutos, ele, muito emocionado e com a fala embargada, me faz a pergunta:

Como eu faço assim pra mim, como que a gente faz pra mim me encaixar assim na sociedade de gente normal de gente que não é indígena, porque pra gente é muito difícil fazer amizade, chegar mais perto das pessoas sem ser julgado?”

Eu pontuo: Por que você acha que precisa se encaixar?

Porque eu e minha irmã, a gente tenta se aproximar das pessoas assim falando português, aí a gente erra algumas palavras, aí começam a rir da gente, esse é o nosso medo, a gente quer aprender mais.

Neste momento, deixo o papel de pesquisadora e o acolho, com os recursos possíveis naquele momento, ora como profissional de psicologia, ora como alguém que luta pelo reconhecimento e respeito às diversidades e os povos indígenas, pontuando que adequação, o se “encaixar” deveria partir da sociedade para a construção da luta de todos os povos, de todas as cores e raças, uma sociedade em que todos, todas e, com a licença de escrever ‘todes’ num resultado de pesquisa científica, precisam ser respeitados independente de suas diferenças. Que num mundo adoecido, se “encaixar” seria adoecer. Além de tantas outras coisas que falei buscando ampará-lo, falei sobre a frase do cacique de uma aldeia urbana na cidade de Campo Grande/MS, ele diz: “eu posso ser o que você é sem deixar de ser quem e sou”. Me despedi, após uma longa conversa, em que desligo o gravador, com um abraço e me colocando disponível.

O informante 4 diz ter sofrido *bullying* na escola, dessa forma o ingresso na educação formal foi difícil. Apesar dessas dificuldades, o informante reafirmou ter orgulho da sua origem indígena, e disse que gosta de viver no Parque das Tribos, define seu relacionamento com a família como normal, afirma ser sociável e possuir amigos.

O *bullying* é um importante fator de risco, sendo uma realidade que precisa de políticas públicas que atentem para a mitigação deste, prevenindo o sofrimento individual e coletivo que emerge nas escolas e outros ambientes que não estão, pasmem, preparados para lidar com as diferenças e pluralidades do mundo que se vive.

Já o informante 5 também relata ter sofrido preconceitos na escola, como por exemplo: “ah, tu é índio, tu anda só de tanguinha, tu anda na tribo, tu caça no mato, tu mora no mato.

Essas coisas que são relacionadas a imagem indígena”. A discriminação e o preconceito, muitas vezes, levam ao adoecimento psíquico e a prejuízos cognitivos. O informante sente dificuldade de ter uma pessoa para escutá-lo, orientá-lo. Disse não ter nenhum tipo de acompanhamento de saúde mental.

O informante 5 diz que sofreu preconceito e declarou:

Quando eles descobriram que eu era indígena, eles não me chamavam mais pelo meu nome, eles me chamavam de índio ou de cacique, ou de pajé, aí quando eu passava por eles, eles faziam barulhinho de índio com a boca, imitando um índio quando eu passava. E eles faziam várias perguntas sobre a vida de um indígena, na ironia, eles não queriam realmente saber, era pra fazer graça. E na internet também, mas é menos grave, que eles não me conhecem, aí eu procuro não ligar muito.

A fala do informante 6 reforça o que foi dito pelo informante 5, ele também diz que não é aceito na sociedade, que na escola seus direitos não são reconhecidos, que sofre constante preconceito e que sua saúde mental às vezes é afetada. Dentro de uma escola com um ambiente tóxico, ele declarou que: “eu sentia raiva, tristeza, quando as pessoas falavam: “o que tu quer aqui índio, vai pra tua terra. Isso gerava raiva”. Esse sentimento de tristeza, raiva pode acarretar prejuízos a saúde mental do (s) jovem (s). As intervenções de promoção e prevenção da saúde dos indígenas devem se concentrar na identificação dos determinantes individuais, sociais e estruturais da saúde mental e, em seguida, intervêm para reduzir os riscos, aumentar a resiliência e criar ambientes de apoio. Eles podem ser direcionados a indivíduos, grupos específicos ou populações inteiras.

O informante 6 discorre sobre seu primeiro dia na escola, novamente vemos um relato de discriminação baseado pela cor da pele:

Eu tinha acabado de chegar na escola, aí a professora perguntou: “ó, eu vou fazer uma chamada, aqueles alunos que eu chamar tem que vim aqui na mesa”. Aí ela foi chamando de um por um, aí chegou na vez do meu nome, aí eu fui lá na frente. Aí ela falou: “Ítalo, lê isso aqui pra mim”, aí eu ficava olhando assim pro livro, porque eu não sabia ler, aí ela perguntou: “tu não sabe ler, não?”, aí eu respondi: “não”, aí ela: “tu veio da onde? Teus pais não te deram educação, não?”, aí eu respondi: “eles me deram, só que eles não sabiam ler”. Aí ela perguntou de onde eu vi, aí eu falei que era indígena, aí os alunos ouviram e começaram a aperriar... “ah, o índio não sabe ler”, “o índio é burro”, aí toda vez que eu saía na hora da merenda, eles ficavam bagunçando... “índio, mostra tua flecha, mostra o teu arco”, “vai brincar com macaco”... tudo isso eles ficavam falando pra mim, aí eu ficava na minha.

O informante 7 declarou que na escola tem muitas pessoas racistas, tem muitas pessoas que dizem:

“ah, eu não sou indígena”, ou então tipo assim, pra mim é uma ofensa. Porque tem muitas pessoas que dizem, por exemplo: “saí daí seu índio”, pra mim isso é uma

ofensa, agora pra eles pode até ser uma brincadeira, mas tipo assim, isso pra mim já é racismo particularmente, eu não gosto dessas coisas. Aí “sai daí seu caboco, seu índio”, tratam os outros como se fosse estranho. É uma coisa absurda.

É emergente trabalhar nas escolas o preconceito e racismo seja em que nível se dê, onde essas formas de segregação no início da vida adulta, em que se necessita veemente ser aceito, compreendido e acolhido pelo ambiente em que vive, a escola tem fator propulsor para o bem-estar, bem viver, ou adoecer.

Para Bernal (2009, p. 165), a ‘reconformação’ cultural, ocorre nos espaços de ensino e aprendizagem, “à dissolução ou à afirmação da identidade étnica é realizada exatamente no contexto do processo ensino e aprendizagem, quando as experiências, critérios e valores da pessoa estão em fase de formação”. Com isso, podemos pensar nesta reconformação em outros espaços de subjetivação e de vida que o jovem experimente, como a comunidade em que vive, por exemplo, que na maioria das vezes não é formada apenas por indígenas.

Ribeiro (2019) fala sobre a impossibilidade de não sermos racistas, haja vista que somos nascidos e criados numa sociedade marcada pelas desigualdades sociais e pelo racismo, “é algo que está em nós, e é contra o que devemos lutar sempre”. Estarmos vigilantes sobre esses comportamentos nocivos que, para muitos ainda é visto como “brincadeira”, falseada de hostilidade, exclusão e apagamento do ser humano, não deve ser naturalizado, pois, normalizar determinados comportamentos, fortalece o racismo e preconceito tão presentes na estruturação social no mundo contemporâneo (e desde que o mundo é mundo), oprimindo a existência de seres humanos.

Já o informante 8 disse que o ingresso no ambiente educacional foi difícil, pois ele também sofreu preconceito: “logo no começo eu ficava com vergonha de ser indígena, eu não conversava muito, eu não sabia falar direito, aí com o tempo eu fui me acostumando, com o tempo eu fui perdendo, perdendo, aí é isso”. O informante disse ter poucos amigos e não participar de grupos de jovens. Por outro lado, o informante 9 disse que não sofreu preconceito na escola, mas o fato de ser indígena em uma escola não indígena causa estranheza em alguns alunos que dizem: “..., mas eles perguntam, porque eu tenho um jeito diferente deles, a minha imagem, a minha cara, o meu jeito de falar”.

De acordo com Silva (2014), “as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social”. O ser diferente não deveria ser fator de segregação, visto que não somos iguais, isto é uma falácia, somos todos diferentes, e

este deveria ser a base do respeito às diversidades, as diferenças que nos estrutura enquanto humanos. “Ao identificar-se como índio, sua ação decorre em função do outro: a categoria índio só existe porque existe a categoria branco” (OLIVEIRA, 1981).

De acordo com Almeida (2019), os jovens indígenas vivenciam de perto as dificuldades de inserção em escolas predominantemente composta por não indígenas, onde o preconceito e a discriminação que podem ser propulsores de sofrimento mental é uma realidade corriqueira, mas vivida muitas vezes de forma silenciosa e solitária.

Para ressignificar é necessário oportunizar, reconhecendo as condições sociais que o território oferta aos jovens indígenas na cidade, onde as áreas urbanas acabam produzido mais dificuldades para a existência desses indivíduos e suas conexões de vida. A reflexão necessária é sobre os efeitos que o modo de vida urbano produz sobre a vida dos jovens indígenas.

O psicólogo, a saúde mental e a escuta qualificada

Um papel relevante nas condições de cuidado em saúde mental na área indígena diz respeito ao psicólogo, e a relação saúde mental com o universo cultural indígena. Sendo assim, o lugar do psicólogo e da psicologia precisa ser constantemente (re) construído nas suas práticas em campo, seja na cidade ou na aldeia, o trato com a diversidade cultural necessita ser um pressuposto em permanente construção, as vistas da dimensão pluriétnica constituinte na sociedade (EL KADRI et al., 2022).

A psicologia toma para si as formas como cada cultura entende e explica experiências pessoais afetivas ou comportamentais de seus membros, em articulação com aquilo que para cada pessoa ou cultura se torna objeto do pensamento/sentimento (RODRIGUES, 2014, p. 38).

Para garantir o atendimento à saúde do indígena, menciona-se a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, que foi aprovada pela Portaria do Ministério da Saúde n.º 254, de 31 de janeiro de 2002, essa mencionada lei traz dispositivos sobre a assistência do subsistema de saúde indígena, que se limita aos que moram em aldeias e comunidades indígenas, não atendendo os indígenas que moram nas cidades, corroborando ainda mais para a promoção de iniquidades (BRASIL, 2002).

A tarefa de discutir sobre saúde mental no contexto indígena não é simples, pelo contrário, é necessário ampliar o nosso olhar sobre a questão da saúde mental e emocional de jovens indígenas. Desse modo, o conceito de Bem Viver é uma ideia potente para analisar os modos de vida em diferentes contextos. Os jovens que vivem nas aldeias não estão imunes aos

problemas relacionados ao modo de vida urbana, pois também tem problemas com drogas, conflitos familiares, preconceito, violências, conflitos geracionais. Não resta dúvida que a cidade coloca desafios como a pobreza, racismo, escassez de oportunidade trabalho, educação, saúde e lazer, práticas alimentares adequadas e violências vividas, que negam os direitos de cidadania e igualdade social.

O público jovem tem sido o foco de muitas ações de prevenção e promoção. “No entanto, ainda persistem as dificuldades de termos ações que sejam efetivamente intersetoriais e que tragam o debate da interculturalidade para as políticas públicas” (SCHWEICKARDT et al., 2016, p.22).

As iniquidades fazem parte do cotidiano dos jovens, sendo necessário pensar em estratégias e modos que estes indivíduos vivem a sua identidade no contexto interétnico e na relação com a sociedade não-indígena carregada de obstáculos, desde a inserção no âmbito educacional, às oportunidades que (não) são dadas ao longo de suas trajetórias de vida podem ter uma relação profunda com o aniquilamento de suas subjetividades.

Pensar pela ótica da constituição da saúde psíquica ocidental e suas vertentes ao falar sobre saúde mental no contexto indígena urbano é dar continuidade ao processo de invisibilidade aos povos originários, onde, na maioria das vezes, esses indivíduos atrelam em seus discursos o resultado do seu sofrimento mental a feitiços, bruxarias, crenças e experiências tradicionais que o estudo da saúde mental não alcança.

Pensar em um atendimento em saúde mental para populações indígenas implica problematizar, necessariamente, quaisquer classificações psicopatológicas rígidas. É preciso considerar que tais classificações foram construídas ao longo de um contexto sócio-histórico-cultural específico, cuja legitimidade do conhecimento biomédico ocidental é tomada como incontestável perante outras referências de explicações dos fenômenos sociais e individuais. Esse é o caso das referências indígenas, que, muitas vezes, são desconsideradas ao se chocarem com o saber médico dominante (BATISTA, 2017, p. 64).

A saúde mental pelos termos dos próprios jovens indígenas não pode passar unicamente pelas ideias de patologização, atrelada ao relato a uma CID ou DSM com as suas respectivas listas sintomatológicas, como a medicina do não indígena propõe. Por isso, é importante uma construção sociocultural e interétnica do cuidado em saúde. Compreender as vivências dos jovens em sua integralidade no mundo atual é confrontar barreiras das mais diversas, que podem favorecer o adoecimento frente às iniquidades perpetradas pela simples existência, considerando que o sofrimento de ordem psicossocial também pode trazer significativos prejuízos.

Há pílulas para conter dores do corpo, da mente, ficar gordo, ficar magro, dormir, acordar, sentir-se alegre, aliviado, concentrado, disposto, enfim, para anestesiar conflitos e tormentos, a maioria concernentes a condição humana falível de estar no mundo. Para manter o controle de si, diz o sistema aos índios, tome remédio (RODRIGUES, 2014, p. 77)

Privação de direitos, dificuldade no acesso à saúde e educação, violências diversas, extrema pobreza, silenciamento, desemprego, isolamento, desfiliação parental, preconceito, racismo, uso abusivo de álcool e outras drogas, que podem ser agressores à saúde mental e não se pode deslegitimar esses fundamentos ou serem enquadrados nas entranhas do modelo biomédico, dificultando ainda mais o processo em saúde e suas condições reais de existência e cuidado (BERNAL, 2009).

Um ponto a ser discutido que favorece o entendimento acerca da importância da mobilização coletiva em prol do suporte a todos os envolvidos, os levantes coletivos que são reconhecidos pelos povos indígenas desde os primórdios e se perpetuam até os dias de hoje através de associações e inúmeros movimentos sociais que são pautados pelas reivindicações e lutas em defesa de seus direitos que expressam a consciência de sua identidade e a importância do trabalho, o coletivo é valorizado e socialmente exercido (BATISTA, 2017).

Levando em conta que o jovem busca aproximação com os ‘iguais’ e de identificação, que o ajudam no próprio crescimento e processo de socialização e que estão formando suas identidades, constituída pelo meio que o circunda, os movimentos sociais formados por jovens indígenas são uma realidade e tem grande potencial para mudanças positivas no cenário de vida desses indivíduos, sendo protagonistas de suas histórias (BERNAL, 2009).

A crise existencial que faz parte, muitas vezes, da fase etária e do autoconhecimento, torna-se abstração na vida concreta, os deixando mais à margem de suas próprias expectativas e dúvidas enquanto jovens, a partir disso a saúde mental também pode ser impactada. E, o ambiente e as oportunidades ofertadas pelo meio podem favorecer a saúde ou doença, isso se dá também nos sentidos da questão psíquica. “Os contextos microssociais jogam conjuntamente um papel crucial no surgimento e na evolução das doenças mentais” (SARACENO, 2011, p. 95).

O desenvolvimento da medicina e as transformações nos modos de adoecer no decorrer da história evidenciam as contradições presentes na forma hegemônica de conceber a etiologia, evolução e, conseqüentemente, a classificação de doenças. Especialmente se tratando de saúde mental indígena, o enquadramento pode ser custoso e fomentar a exclusão e o preconceito, o que corrobora com a ideia de que sofrimento não é delimitado por uma CID.

Tensionar políticas de atenção à saúde mental destinadas aos jovens indígenas é também entender que a prevenção e o cuidado ocorrem em diferentes contextos, mesmo que mostrando a incipiência de serviços e o (des) preparo para compreensão do trabalho que transpõe receitas farmacológicas ou tratamentos em espaços como CAPS, por exemplo, o contexto relacionado a saúde mental de jovens indígenas que vivem em contexto urbano é um fatídico desafio.

No decorrer dos dias em que estive no Parque das Tribos para aplicação da pesquisa, foi feita uma divulgação pelas pessoas que intermediaram o contato com os entrevistados, com isso, a divulgação foi feita em alguns grupos de aplicativo de conversa, o que fez com que nos dois dias, pessoas me procurassem para atendimento psicológico relatando seus sofrimentos, e eu estive naquele espaço também como profissional de psicologia, acolhendo e escutando.

A saúde mental é um estado de bem-estar mental que permite às pessoas lidar com os momentos estressantes e/ou difíceis da vida, desenvolver todas as suas habilidades, ser capaz de aprender e trabalhar adequadamente e contribuir para a melhoria de sua comunidade. É uma parte fundamental da saúde e do bem-estar que sustenta nossas habilidades individuais e coletivas para tomar decisões, construir relacionamentos e moldar o mundo em que vivemos. A saúde mental também é um direito humano fundamental. E um elemento essencial para o desenvolvimento pessoal, comunitário e socioeconômico.

A saúde mental é mais do que a mera ausência de transtornos mentais. Ocorre em um processo complexo, que cada pessoa vivencia de forma diferente, com graus variados de dificuldade e angústia e resultados sociais e clínicos que podem ser muito diferentes (EL KADRI, 2022).

Os conceitos teóricos se configuram em ‘diversas psicologias’, como a psicologia social, psicologia histórico-cultural, psicologia cultural, entre tantas outras, em face do entendimento e arranjos para acompanhar indígenas em sofrimento mental, como base de toda e qualquer forma de cuidado, alicerçar o respeito à cultura, história e sofrimento individual e coletivo, nos desafia para além dos bancos da graduação, que se desenha limitado em muitos espaços de formação.

Se tratando de jovens que estão em plena construção de sua identidade, transformações emocionais e físicas, as migrações ou os modos de vida urbana geram necessidades de enfrentamento que podem causar impactos à vida de qualquer indivíduo. “A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos” (KRENAK, 2019, p. 08).

A exposição a circunstâncias sociais, econômicas, geopolíticas e ambientais desfavoráveis, como pobreza, violência, desigualdade e degradação ambiental, também aumenta o risco de adoecer, não podemos dissociar saúde mental de condições mínimas de vida. Como falar de saúde mental sem direito ao acesso a um espaço educacional acolher e respeitoso, por exemplo, espaço esse que é um dos primeiros espaços coletivos que as crianças e os jovens adentram. Os riscos podem se manifestar em todas as fases da vida, mas aqueles que ocorrem durante os períodos sensíveis do desenvolvimento, especialmente na primeira infância e início da juventude, são particularmente prejudiciais, refletindo em toda a sua história, as vivências do passado, mas que não passam, ficam registradas e são confrontadas com suas experiências na vida adulta.

Como observado, a pobreza e as inúmeras iniquidades são problemas que atingem de forma significativas essa população. Os indígenas jovens que vivem nas cidades possuem mais dificuldades de acesso a uma boa alimentação, educação, oportunidades de trabalho, acesso à saúde, entre outras. No nível geral da população, os problemas de acesso à moradia também atingem os indígenas que vivem em contexto urbano. Por fim, embora o problema do acesso à saúde afete de forma semelhante toda a população do Brasil, o atendimento aos povos indígenas ainda tem agravantes, como discriminação, racismo e preconceito, que podem afetar consideravelmente a saúde em sua integralidade.

É fundamental disponibilizar espaços de escutas, apesar da divergência sobre saúde mental em contexto indígena, é importante destacar que o acolhimento ao sofrimento, deve ser respeitado e amparado por aqueles que podem oferecer minimamente uma escuta qualificada, e não se trata somente de profissionais de psicologia, mas de todos que pode ser amparo aos que necessitam, e sendo este, um direito assegurado.

No livro *Psicologia e Povos Indígenas* (2010, p. 61), a fala de uma mulher indígena, Antonísia Lulu Darã, cacique da Aldeia Tekoa Porã, da etnia tupi-guarani, destaca sobre a impossibilidade de o indígena não ser escutado, “muitas vezes o homem branco fala mais que o índio e não dá chance do índio falar o que ele sente, o que ele quer expressar, o tempo é corrido, não é por aí”. Discorre sobre a discriminação que afeta de forma significativa o emocional, e faz uma comparação entre negros e indígenas “não só o índio como o negro também, é discriminado. O ser índio está associado ao ser “vagabundo”, e quando aparece um negro na imagem é porque é ladrão. Isso mexe muito, tanto na parte psicológica dos negros, como na parte dos índios também. Em muitos lugares tem pessoas que não gostam de conversar com indígena”.

Atuar nos determinantes da saúde mental às vezes requer a adoção de medidas em outros setores que não o da saúde, de modo que os programas de promoção e prevenção devem envolver os setores responsáveis pela educação, trabalho, justiça, transporte, meio ambiente, habitação e proteção social. O setor da saúde pode dar uma contribuição significativa integrando os esforços nos serviços de saúde e promovendo, iniciando e, quando apropriado, facilitando a colaboração e coordenação multissetorial (DE ARAÚJO, 2021).

A promoção da saúde mental de crianças e adolescentes é outra prioridade, que pode ser alcançada por meio de políticas e leis que promovam e protejam a saúde mental, apoiando os cuidadores para fornecer cuidados de criação, implementando programas escolares e melhorando a qualidade dos ambientes comunitários. Os programas de aprendizagem socioemocional nas escolas estão entre as estratégias de promoção mais eficazes para qualquer país, independentemente do nível de renda, no entanto, pouco se sabe da execução de estratégias efetivas que possam dar subsídios indireta ou diretamente no nosso país.

O informante 8 disse que já usou serviços de saúde e que foi bem atendido. Não soube dizer se sofreu racismo, mas disse já ter sido chamado de “cara de índio”. Ele declara que a relação com não indígenas é normal e sente que algumas pessoas não gostam dele, mas não encara isso como um problema. Diz fazer uso de cocaína, e que possui problemas de saúde mental que necessitam de acompanhamento profissional especializado, assim ele declarou:

Às vezes eu penso assim, um vazio aqui, (segura no peito, ao lado esquerdo) não sei se é por causa do meu pai, né, as vezes eu penso em fazer besteira comigo mesmo, eu perdi meu pai quando eu tinha 03 anos, às vezes eu fico pensando nele, se seria diferente se ele tivesse aqui comigo, se eu ira morar aqui em Manaus, até financeiramente eu penso como seria se ele tivesse aqui comigo, às vezes eu penso, eu fico sozinho, não falo com ninguém assim pra desabafar, eu guardo pra mim mesmo, mexo no celular pra distrair...uma vez eu pensei...me retirar aqui do mundo, mas as vezes eu penso que não vale a pena...Segundo a minha mãe, ele morreu de doença... falta tudo (risos envergonhado), tipo, não sei nem como falar assim, como eu tenho uma filha, ela que me faz diferença, me traz força, se eu não tivesse ela, eu não sei como seria (Informante 8).

É fundamental destacar que precisamos de políticas públicas que contemplem a inclusão, que possam amparar estas pessoas que estão em sofrimento, jovens que precisam buscar forças para continuarem mesmo sendo vítimas cotidianamente, há mais de 500 anos, de racismo, exclusão e preconceito.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi analisado ao longo deste trabalho, a saúde mental influencia o bem-estar emocional, psicológico e social. Os problemas relacionados a essas áreas podem apresentar diversas manifestações acarretando consequências em todas as áreas do desenvolvimento. A juventude é uma fase em que se estabelecem padrões de enfrentamento diante de situações estressantes, que influenciarão a saúde ao longo do ciclo vital. É importante identificar os fatores associados aos problemas de saúde mental que permitam estabelecer estratégias para lidar com esses riscos.

Da mesma forma, é vital para o sucesso na implementação de estratégias de promoção da saúde mental adaptá-las levando em consideração a diversidade cultural, compreendendo os fatores de risco e proteção para cada população.

A pesquisa identificou a violência estrutural como fartamente presente no cotidiano e experiências percorridas nas narrativas compartilhadas pelos jovens indígenas, com expressivos efeitos sobre o bem viver e a saúde mental.

O Brasil é um dos países latino-americanos com maior proporção de população indígena, por isso é de extrema importância fortalecer a literatura que permita compreender os mecanismos que colocam em risco ou protegem esse grupo de jovens. Dessa forma, é importante que as políticas públicas estejam voltadas para a garantia de programas de prevenção e atendimento de problemas de saúde mental em jovens indígenas a partir de seu contexto e necessidades.

É transcendental a participação ativa de povos indígenas na elaboração de informações e políticas que considerem as implicações desses problemas de saúde mental em suas comunidades. Da mesma forma, outro fator essencial é a disponibilidade de material e pessoal capaz de prestar informações e atendimento nas diversas línguas indígenas.

Conhecer a concepção, ou para além, a forma de vida proposta pelo Bem Viver, que traz consigo a noção de uma sociedade pautada na reciprocidade, a noção de que somos frutos da Mãe Terra vai na contramão da realidade que vivemos nos dias atuais, quando uma das maiores dificuldades vivenciadas pelos indígenas é o acesso ao território, seja no território de origem ou na cidade. Ora, e onde estaria o direito à terra, Àquela que deu a vida?

O segundo achado desta pesquisa é pontual ao considerar que o direito à migrar está sendo violentamente atacado, promovendo processos irreparáveis de sofrimento.

Nossa sociedade capitalista, burguesa, segregadora, racista, neoliberal e que promove

iniquidades por sua estrutura social estaria preparada para uma revolução que permitisse perceber a ideia de viver bem com o que se tem sem considerar a ideia de desenvolvimento atrelados a meios excessivos de produção?

Vale destacar que a mobilização não necessita partir somente daqueles que sofrem e são rejeitados há séculos, impactando nos seus modos de vida e seus mundos, mundos tão diversos, especialmente quando se trata de cidade, que parece não considerar a existência de realidades distintas, da consideração de toda sociedade que ainda busca, ou deveria, ampliar o olhar acerca do indígena para além dos estereótipos.

Durante as entrevistas, após o processo vivido como pesquisadora, jovens pediram para serem escutados, visto que a última pergunta do questionário possibilitava tirar quaisquer dúvidas ou pontuar sugestões, para minha surpresa, alguns manifestaram a necessidade da escuta, do acolhimento e aconselhamento, um deles, pontuou que o que gerava sofrimento era a falta, ao ser questionado sobre que falta ele se referia, o jovem foi enfático, “a falta de tudo”.

Quantos jovens indígenas apresentam dificuldade em relacionar-se em espaços que predominam não indígenas não sabemos, o que se sabe é que há a tentativa de se “encaixar” numa sociedade adoecida que não mede esforços para segregar, excluir e adoecer pessoas que são diferentes. Algumas vezes, desliguei a gravação e me coloquei como psicóloga para àquelas pessoas, que apresentam diversas necessidades, inclusive de serem escutadas e acolhidas diante do sofrimento pelas inúmeras “faltas” e por espaços que deveriam primar pela inclusão e o respeito à diversidade, como a escola e os espaços de saúde. Nesse momento, foi necessário deixar de ser pesquisadora ou ser uma pesquisadora outra que se afeta com a fala do outro.

É importante destacar, que os dias que estive na comunidade como pesquisadora, fui procurada diversas vezes por ser psicóloga. Com queixas das mais diversas, uso abusivo de álcool e outras drogas, pais com dificuldades de tirar o celular da filha de 4 anos, relacionamentos familiares difíceis, entre outras demandas.

No que concerne à saúde mental e o bem viver de jovens indígenas na cidade, as possibilidades de cuidado compartilhado ganham um desafio ainda maior, visto a escassez de políticas públicas de saúde relacionadas à saúde integral de indígenas no contexto de cidade, especialmente no que se refere a saúde mental e/ou emocional. A contribuição e participação social dos povos indígenas na cidade são condição *sine qua non* para o entendimento sobre suas realidades e a sua prática considerando as questões étnicas, culturais e históricas. Desse modo, é necessário pensar num cuidado diferenciado aos indígenas no espaço urbano, temos o desafio para fomentar o bem viver pautado nas condições ambientais e sociais de cada indivíduo e/ou

coletivo. Mas, não podemos, se desejamos trabalhar a questão da equidade, pensar por eles, precisamos pensar com eles, sendo os protagonistas de suas construções coletivas e sabedores de suas reais necessidades, ninguém, nenhum teórico ou teoria pode falar melhor do que aqueles que vivenciam suas realidades.

Quando se trata de saúde mental no contexto indígena, especialmente de jovens na cidade de Manaus, é necessário considerar a noção dos saberes ancestrais indígenas relacionados à ideia de Bem Viver, mostrando a possibilidade de visualizarmos alternativas aos modos de vida propostos pelo sistema neoliberal e capitalista.

É fundamentalmente importante uma psicologia disposta a ouvir para além dos seus próprios saberes sobre saúde mental, possibilitando uma reflexão teórica sobre o que é bem viver, sem que este conceito ou modo de vida seja traduzido pelos não indígenas, mas que as cosmovisões e epistemologias sejam consideradas, e que as condições de vida e cultura possam ser entendidas como prioritárias tanto quanto o sofrimento.

Por fim, entendemos que a pesquisa realizada com os 10 jovens pode contribuir com os serviços de saúde que desenvolvem ações voltadas para os indígenas no contexto urbano, como os espaços coletivos, a exemplo do âmbito escolar, onde podem trabalhar frente à integração mais acolhedora e respeitosa diante das diversidades existentes, sem que sejam expostos às violências como o racismo, por exemplo, que reflete na invisibilização de suas trajetórias e discriminação social, discriminação que pode acarretar prejuízos psíquicos, relacionais, individuais e coletivos sem precedentes.

Pensar na pesquisa acadêmica como promotora de mudanças reais e efetivas, conhecer a realidade em busca de dados para um projeto não deve se resumir apenas a uma dissertação, para que os ganhos fiquem apenas no âmbito da academia e de quem escreve o trabalho, sem desagregar sua importância, obviamente. Mas, trabalhar para que os dados observados diante de tanto sofrimento silenciado e sem escuta possa ser visto e ouvido, sem que seja visto e sentido como algo normalizado, para que crianças e jovens num futuro breve, possam ter acesso a algo salutar para sua condição humana, o direito de ser quem se é, nos espaços que desejam ou precisem estar. São vários os desafios colocados pelos entrevistados, que podem ser agrupados em três pontos: primeiro, a importância de promover processos investigativos sobre a saúde mental dos povos indígenas, justamente por sua ausência. A investigação seria útil para se criar ferramentas e trabalhar em uma série de problemas que existem; e que não recebem uma atenção especializada de profissionais de saúde mental.

Até que se consolide ações de saúde que atendam efetivamente a necessidade dessas

peças que apresentaram um grau significativo de ausências, e que deixa claro diante das entrevistas realizadas a lacuna existente de uma referência de escuta que possa os amparar frente ao sofrimento, é necessário que se crie estratégias em curto prazo.

O segundo desafio tem a ver com a necessidade de avançar na consolidação da interculturalidade nas escolas, por meio das quais favorecer alianças e intervenções coletivas entre a escola, o sistema de saúde e povos nativos. Com isso, propõe-se reconhecer a importância do trabalho realizado pelos xamãs, caciques, avós, parteiras e médicos tradicionais, bem como o papel da medicina tradicional no bem viver e na melhoria do estado de saúde dos povos indígenas. É preciso o estabelecimento de alianças estratégicas entre universidades, entre médicos, escolas, federações médicas, organizações para a construção de um modelo de saúde, que pode atender as necessidades dos povos originários em sua integralidade (SALDANHA, 2023).

Finalmente, o terceiro desafio refere-se à necessidade de resgatar e revitalizar o saber oral dos mais velhos, vivenciado a permanência da língua originária. Essas ações são essenciais tanto para a preservação da cultura, quanto para o fortalecimento da autoestima e da saúde mental dos jovens indígenas na sociedade atual.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ARRUDA, Rinaldo. Representação e participação indígena nos processos de gestão do “campo indigenista”: Que democracia?. **Revista Anthropologicas**, v. 14, n. 1+ 2, 2003.
- BATISTA, Marianna Queiróz. **Saúde mental em contextos indígenas no território brasileiro: análise da produção bibliográfica e reflexões epistemológicas**. 2014. 90 f., il. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultural)- Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- BERNAL, Roberto Jaramillo. **Índio Urbano: processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus**/Roberto Jaramillo Bernal; tradução de Evelyne Marie Therese Mainbourg - Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/ Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2009.
- BRASIL, 2002. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. – 2ª edição- Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002.
- BRASIL. Instrução Normativa nº 9, publicada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em 2020.
- DOS SANTOS, Reinaldo; GODOI, Eliamar. **Pesquisas em Educação, Inclusão e Diversidade**. Paco e Littera, 2021.
- DUSSEL, E. 1492. O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.
- EL KADRI, Michele Rocha et al. Curso em saúde mental no contexto da Covid-19 com povos indígenas por meio de ensino remoto. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 20, 2022.
- FANON, Frantz. *Pele Negra, máscaras brancas*/Tradução de Renato da Silveira. – Salvador: EDUFBA, 2008.
- GALTUNG, J. Violence, peace, and peace research. International Peace and Research Institute, 1969, 167–191
- GONÇALVES, Douglas Oliveira Diniz; ESPINOZA, Fran; DE CARVALHO, Grasielle Borges Vieira. Violência contra terras indígenas no Brasil e a precária punibilidade de seus agentes. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 8, n. 20, p. 109-130, 2021.
- HERIS, C., GUERIN, N., THOMAS, D., CHAMBERLAIN, C., EADES, S., & WHITE, V. M. Smoking behaviors and other substance use among Indigenous and non-Indigenous Australian secondary students, 2017. **Drug and Alcohol Review**, 40(1), 2021, 58–67.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras, 2019.

MELO, Juliana Gonçalves. O que os índios urbanos pensam sobre a cidade? Que dimensões do urbano revelam suas narrativas? Interpretações Baré sobre Manaus, Amazonas. **Teoria e cultura**, Juiz de Fora, 8(1), 115-126, 2012.

NASCIMENTO, Adir Casaro e VIEIRA, Carlos Magno Naglis. O índio e o espaço urbano: breves considerações sobre o contexto indígena na cidade. *Cordis. História: Cidade, Esporte e Lazer*, São Paulo, n. 14, p. 118-136, jan./jun. 2015. ISSN 2176-4174

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O índio e o mundo dos brancos*. 3a edição. Brasília. 1981.

OLIVEIRA, Assis da Costa. Contribuições juvenis para os direitos indígenas. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, p. 1261-1290, 2019.

Relatório do Estudo: **Comportamento, Atitude e Práticas (CAP) e saúde mental e enfrentamento à COVID-19 entre jovens indígenas da Amazônia Brasileira**. Manaus: COIAB; UNICEF; Fiocruz/ILMD-LAHPSA, 2021.

RODRIGUES, Renan Albuquerque. **Sufrimento Mental de Indígenas na Amazônia**. Manaus: Edua, 2014.

SALDANHA, Larissa Siqueira. A CIDADE NA ALDEIA: Reflexões sobre o bem-viver no contexto urbano do Rio de Janeiro. **TEKOA**, v. 3, n. 3, 2023.

SARACENO, B. A cidadania como forma de tolerância. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 22, n. 2, p. 93-101, maio/agost.. 2011.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar [et al.]. **Educação e práticas de saúde na Amazônia: tecendo redes de cuidado/ Júlio Cesar Schweickardt... [et al.] organizadores**. – Porto Alegre: Rede Unida, 2016. 316 p.- (Saúde & Amazônia; 2).

SILVA, Aldenor Moçambique da. **A inserção dos Tikuna no tecido social urbano de Manaus**. 2013. 143 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2295>. Acesso em março 03 de março 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*/Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15. Ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TERENA, Marcos. 12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. Abrascão, 2018. Disponível em: <https://abrasco.org.br/tags/12o-congresso-brasileiro-de-saude-coletiva/>. Acesso em: 23 de março de 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O (A) Sr.(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa “Bem Viver dos jovens indígenas: saúde mental no contexto urbano de Manaus, Amazonas”, cuja pesquisadora responsável é a aluna do curso de pós-graduação *Stricto Sensu* em Condições de Vida e Situações de Saúde na Amazônia (PPGVIDA), Viviane Lima Verçosa, sob orientação do professor Dr. Júlio César Schweickardt, do Instituto Leônidas e Maria Deane - Fiocruz Amazônia. O objetivo geral do projeto é compreender os aspectos que envolvem a saúde mental e o bem viver de jovens indígenas no contexto urbano de Manaus, Amazonas.

O (A) Sr.(a) tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.

Caso aceite participar, sua participação durará em torno de 30 minutos e se dará através de entrevista com base em um questionário contendo perguntas sobre informações relacionadas a saúde mental, Bem Viver e dimensões da vida social, familiar e individual em diferentes aspectos. E em um segundo momento, o sr. (a) poderá ser convidado a participar de uma roda de conversa com a pesquisadora responsável, com o objetivo de conhecer a realidade de jovens indígenas que vivem no contexto urbano na cidade de Manaus. Esta entrevista será gravada e para isso o (a) senhor (a) deverá assinar um outro documento, o TCUV (Termo de Consentimento para Uso de Voz), que irá autorizar essa gravação, caso aceite participar da pesquisa.

O Sr. (a) não será obrigado (a) a responder nenhuma das questões, caso não se sinta confortável. Quanto ao risco de identificação dos dados, serão tomadas todas as medidas para resguardar sigilo e confidencialidade, como a codificação das informações para evitar exposição dos seus dados. E quanto às entrevistas, serão apresentadas apenas as transcrições destas, preservando a identidade dos participantes.

São esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: fornecer argumentos científicos que possibilitem entender as experiências individuais e coletivas que os jovens indígenas que vivenciam em áreas urbanas atrelando a à Saúde Mental e o Bem Viver, a fim de que possam ser desenvolvidas estratégias e políticas de saúde para promover saúde e melhores condições de vida a estes indivíduos e seus coletivos

Se julgar necessário, o (a) Sr.(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

Garantimos ao (à) Sr. (a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

O (A) Sr. (a) pode entrar em contato com a pesquisadora responsável Viviane Lima Verçosa a qualquer tempo para informação adicional na Fundação Oswaldo Cruz - Instituto Leônidas e Maria Deane, no endereço: Rua Terezina, 476, Adrianópolis, Manaus - AM, telefone: (92) 3621-2323. O (A) Sr. (a) também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (CEP-ICS/UFPA) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP-ICS/UFPA fica localizado na Rua Augusto Corrêa, Nº 1, na Faculdade de Enfermagem do ICS - Sala 13 - Campus Universitário, Bairro: Guamá. CEP: 66.075-110 - Belém-Pará. Tel: (91) 3201-7735. E-mail: cepccs@ufpa.br. O CEP/UFPA é um colegiado interdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto as com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo (a) Sr (a)., ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, coloque seu nome no local indicado abaixo. Desde já, agradecemos a sua colaboração e solicitamos a sua assinatura de autorização neste termo, que também será assinado pela pesquisadora responsável em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com a pesquisadora.

Eu, _____, aceito participar da pesquisa. Manaus, ___ de ___ de 2022.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Participante

APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE VOZ (TCUV)

Eu, _____ permito que a pesquisadora Viviane Lima Verçosa obtenha a gravação de voz de minha pessoa para fins da pesquisa científica intitulada “Bem Viver dos jovens indígenas: saúde mental no contexto urbano de Manaus, Amazonas”.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa durante a entrevista possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, a minha pessoa, não deve ser identificada, tanto quanto possível, por nome ou qualquer outra forma.

As gravações de voz realizadas durante a entrevista ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.

Terão acesso aos arquivos somente a pesquisadora responsável Viviane Lima Verçosa e o orientador da pesquisa professor Dr. Júlio César Schweickardt.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima.

Coloque seu nome no local indicado abaixo. Desde já, agradecemos a sua colaboração e solicitamos a sua assinatura de autorização neste termo, que também será assinado pela pesquisadora responsável em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com a pesquisadora.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Nome e Rubrica do pesquisador responsável

Manaus, _____ de _____ de 2022.